



ATA N.º 07/2026

_____ Aos seis dias do mês de abril, do ano de dois mil e vinte e seis, reuniu o Órgão Executivo do Município de Alcanena, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho. _____

_____ Encontravam-se presentes os seguintes membros: _____

PRESIDENTE: _____

_____ - Rui Fernando Anastácio Henriques _____

VEREADORES PRESENTES: _____

_____ - Samuel Marques Frazão _____

_____ - Gabriel de Oliveira Feitor _____

_____ - Maria Clara Moreira Duarte Baptista _____

_____ - Maria Gorete Gonçalves Santos _____

_____ - Nuno Miguel Costa Silva _____

_____ - Tiago Filipe Salgueiro Ancião _____

FALTAS JUSTIFICADAS _____

ORDEM DE TRABALHOS _____

1 - PONTO PRÉVIO _____

_____ 1.1 - Ata da Reunião de Câmara Ordinária n.º 6/2026, realizada a 16-03-2026. (Para deliberação) _____

_____ 1.2 - Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição (2025). Documento ref.ª 6396. Processo ref.ª 2026/100.10.200/1. (Para conhecimento) _____

_____ 1.3 - Acordo de Cooperação entre o Município de Alcanena e a GLIA Portugal. Documento ref.ª 7123. Processo ref.ª 2026/200.30.600/1. (Para conhecimento) _____

_____ 1.4 - Relatório e Contas 2025 RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. Documento ref.ª 7684. Processo ref.ª 2026/300.30.008/7. (Para conhecimento) _____

_____ 1.5 - Relatório e Contas 2025 Tágusgas – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A. Documento ref.ª 7742. Processo ref.ª 2026/300.30.008/5. (Para conhecimento) _____

_____ 1.6 - Prestação Contas 2025 ADIRN – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte. Documento ref.ª 7893. Processo ref.ª 2026/900.20.200/1. (Para conhecimento) _____

_____ 1.7 - Regulamento Municipal Acreditar Alcanena - Atribuição de Apoio Financeiro Extraordinário às Freguesias - Junta de Freguesia de Bugalhos - Ano 2026. Documento ref.ª 7833. Processo ref.ª 2026/850.10.003.01/1. (Para deliberação) _____



_____ 1.8 - Regulamento Municipal Acreditar Alcanena - Atribuição de Apoio Financeiro Extraordinário às Freguesias - Junta da União de Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro - Ano 2026. Documento ref.ª 7834. Processo ref.ª 2026/850.10.003.01/2. (Para deliberação) _____

_____ **2 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL, GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL** _____

_____ 2.1 - Venda de lotes da Zona industrial de Minde por acordo direto - Comissão para conduzir os processos de negociação, verificar as condições de aquisição e aplicar os critérios de seleção. Documento ref.ª 7128. Processo ref.ª 2022/100.10.200/8. (Para deliberação) _____

_____ **2.1 - SUBUNIDADE DE GESTÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E CONTROLO ORÇAMENTAL** _____

_____ 2.1.a - Alteração 8 ao Orçamento e 7 às Grandes Opções do Plano de 2026. Documento ref.ª 6456. Processo ref.ª 2026/350.10.001/1. (Para conhecimento) _____

_____ 2.1.b - Alteração 9 ao Orçamento e 8 às Grandes Opções do Plano de 2026. Documento ref.ª 7168. Processo ref.ª 2026/350.10.001/1. (Para conhecimento) _____

_____ 2.1.c - Posição dos Cabimentos, Compromissos, Ordens de Pagamento e Pagamentos - Período de 07 a 27 de março de 2026. Documento ref.ª 7748. Processo ref.ª 2026/300.50.400/1. (Para conhecimento) _____

_____ 2.1.d - Resumo Diário de Tesouraria do dia útil anterior à presente reunião. (Para conhecimento) _____

_____ **3 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL** _____

_____ 3.1 - Pedido de Parceria no âmbito de candidatura ao Portugal Inovação Social – Smiledog. Documento ref.ª 7662. Processo ref.ª 2026/300.30.008/3. (Para ratificação) _____

_____ 3.2 - Atribuição de habitações reabilitadas das Paróquias de Alcanena e de Minde - arrendamento apoiado. Documento ref.ª 8002. Processo ref.ª 2026/650.10.105/1. (Para deliberação) _____

_____ 3.3 - Retorno de moradores após 2.ª fase obras de requalificação do Bairro Timor. Documento ref.ª 7990. Processo ref.ª 2025/300.50.201/1. (Para deliberação) _____

_____ **4 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E URBANISMO** _____

_____ 4.1 - Processo de Obras n.º 107/2023, de Emídio Gonçalves Martins & Filhos, Lda., para legalização de uma unidade fabril, no prédio urbano situado na Rua dos Penedos, em Vila Moreira, da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira (para deliberação – declaração de caducidade da aprovação da arquitetura) _____



_____ 4.2 - Processo de Obras n.º 115/2023, de Tânia Alexandra Nascimento Coelho e Vasile Popovici, para construção de uma habitação unifamiliar e muro de vedação, no prédio urbano situado na Chousa do Caminho - Malhou, da União das Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro (para deliberação – caducidade da aprovação do licenciamento) _____

_____ 4.3 - Requerimento n.º 202516602, de Cabeça de Casal da Herança de João Conceição, para destaque de uma parcela de terreno do prédio misto situado em Casal da Azinheira ou Cova da Azinheira – Alcanena, da extinta freguesia de Alcanena (para deliberação – destaque de parcela de terreno) _____

_____ 4.4 - Regulamento Acreditar Alcanena - Pedido de Isonção IMI, ao abrigo dos artigos 7.º e 8.º - Benefícios e Incentivos à Reabilitação Urbana. Documento ref.ª 7132. Processo ref.ª 2026/850.10.003/16. (Para deliberação) _____

_____ **5 - DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO DE OBRAS MUNICIPAIS** _____

_____ 5.1 - Procedimento por Consulta Prévia para a Aquisição de Serviços n.º Aq_Serv_DPGOM_2026_2 – Consultoria Estratégica para a Implementação e Acompanhamento de Parcerias de Inovação, Empreendedorismo e Projetos de Comunidade no âmbito da Estratégia “Alcanena 2.0”. Documento ref.ª 6338. Processo ref.ª 2026/300.10.005/152. (Para conhecimento) _____

_____ **6 - DIVISÃO DE CULTURA, TURISMO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO** _____

_____ 6.1 - 9.º Alcanena Trail - Proposta de Aceitação de Donativo. Documento ref.ª 8000. Processo ref.ª 2026/300.10.005/503. (Para ratificação) _____

_____ **7 - SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL** _____

_____ 7.1 - Relatório de Atividades dos Bombeiros Municipais de Alcanena – Mês fevereiro 2026. Documento ref.ª 6563. Processo ref.ª 2026/550.20.500/7. (Para conhecimento) _____

_____ 7.2 - Protocolo de Cooperação LBP/ANSR sobre contraordenações rodoviárias cometidas no âmbito da condução de veículos dos bombeiros em missão de socorro. Documento ref.ª 2544. Processo ref.ª 2026/100.10.600/4. (Para ratificação) _____

_____ **8 - SERVIÇO VETERINÁRIO MUNICIPAL** _____

_____ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO** _____

_____ **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA** _____

_____ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO AO PÚBLICO** _____

_____ Verificada a presença do público, o Senhor Presidente da Câmara passou a palavra a quem dela quisesse fazer uso. _____



_____ A **Senhora Teresa Achega**, residente em Minde, tomou a palavra para colocar uma questão relativa ao tratamento dado a diferentes situações urbanísticas em Minde. Referiu que, na sequência de uma reunião promovida pelo Senhor Presidente relativamente às Saramagas — iniciativa que considerou positiva e à qual, inclusivamente, manifestou apreço — não compreende por que motivo não foi adotado procedimento semelhante relativamente ao edifício sito na Praça Alberto Guedes. _____

_____ De seguida, o **Senhor Pedro Micaelo** apresentou duas questões ao Executivo. A primeira incidiu sobre o mesmo edifício da Praça Alberto Guedes, recordando que, na reunião de agosto, havia sido referido — conforme consta em ata — que seria promovida uma consulta pública e realizado um estudo, tendo, entretanto, sido determinada a suspensão da obra. Referiu que, após essa suspensão, os trabalhos foram recentemente retomados, solicitando esclarecimentos sobre a situação atual do processo. A segunda questão prendeu-se com o prazo de execução da obra, que, segundo indicação constante em ata, seria de 390 dias, prazo esse que, no seu entendimento, se encontraria a terminar na presente semana, solicitando informação sobre o ponto de situação. _____

_____ O **Senhor Joaquim Ganaipo** começou por agradecer ao Executivo a resolução das questões anteriormente apresentadas. Seguidamente, colocou duas questões à Senhora Vereadora Clara Baptista, relacionadas com o transporte a pedido e com a denominada “carrinha da saúde”, solicitando esclarecimentos sobre o modo de funcionamento e acesso à informação relativa a estes serviços. _____

_____ No uso da palavra, a **Senhora Vereadora Clara Baptista** esclareceu que o transporte associado à área da saúde é da responsabilidade da Unidade Local de Saúde do Médio Tejo (ULS Médio Tejo), cabendo ao Município colaborar na divulgação da informação. Explicou que, semanalmente, à sexta-feira, é enviada informação às Juntas de Freguesia com base no cronograma definido pela ULS, de forma a permitir a divulgação junto das populações sobre a presença da carrinha na semana seguinte. Referiu ainda que houve algumas dificuldades de interpretação inicial do cronograma, nomeadamente na freguesia da Serra de Santo António, esclarecendo que o sistema funciona em regime rotativo entre freguesias, não correspondendo necessariamente às semanas do mês. _____

_____ Relativamente ao transporte a pedido, informou que o mesmo é promovido pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), com a colaboração do Município. Referiu que a divulgação inicial, através de folhetos, não foi suficientemente esclarecedora, tendo gerado alguma confusão entre os utilizadores, que tendem a associar este serviço a um transporte do tipo “táxi”, o que não corresponde à sua



natureza. Esclareceu que se trata de um transporte sujeito a reserva prévia, com horários e paragens previamente definidos, funcionando em dias específicos, designadamente em dias de mercado, e em horários intermédios não cobertos por outros serviços de transporte. _____

_____ Acrescentou que, por sugestão do Município, este serviço passou também a ser utilizado para o transporte de crianças com necessidades especiais, solução que tem registado elevada adesão e contribuído para a sua integração nas dinâmicas comunitárias. Reiterou que o circuito diário é definido em função das reservas efetuadas, mantendo-se, no entanto, as paragens previamente autorizadas, não sendo possível efetuar recolhas porta a porta, por se tratar de transporte público sujeito a regras específicas. _____

_____ Retomando a palavra, o **Senhor Joaquim Ganaipo** questionou de que forma poderá aceder à informação detalhada sobre horários, percursos e paragens, de modo a esclarecer a população da Chã. _____

_____ Em resposta, a **Senhora Vereadora Clara Baptista** informou que será distribuído, durante a semana em curso, um novo folheto elaborado pelo Município, com informação mais clara e orientada para as dúvidas mais frequentes colocadas pelos munícipes. Referiu ainda que as Juntas de Freguesia já dispõem de folhetos anteriormente distribuídos. _____

_____ Por fim, relativamente à “carrinha da saúde”, esclareceu que o serviço segue um cronograma fixo, com presença rotativa nas freguesias, assegurada por uma enfermeira, tendo como principal objetivo a promoção da saúde, nomeadamente através da realização de rastreios e monitorização de indicadores como a tensão arterial e a glicemia. Indicou que a carrinha se encontra, por norma, localizada junto à Junta de Freguesia, garantindo as condições necessárias ao seu funcionamento, e que a divulgação é assegurada quer pela ULS quer pelo Município, através de comunicação regular às Juntas de Freguesia. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** tomou a palavra para responder às questões colocadas pela Senhora Teresa Achea e pelo Senhor Pedro Micaelo. _____

_____ Relativamente à questão sobre a não adoção do mesmo procedimento no edifício da Praça Velha, referiu que tal não foi feito nesse edifício nem nos restantes 37 edifícios integrados neste processo. Esclareceu que, no caso referido, se tratou de um processo participativo que o Executivo entendeu promover por incidir sobre o espaço público. _____



_____ Sublinhou que o Presidente da Câmara não exerce funções de arquitetura, mas defende a participação pública, sendo que os projetos de edificação são aprovados nos termos da lei em vigor. Referiu que, à semelhança do que sucede em todo o país, também em Alcanena os edifícios devem cumprir a legislação aplicável. Diferenciou, contudo, essa realidade da intervenção no espaço público, que é de uso coletivo e onde existem múltiplas opções, justificando, por isso, a promoção de processos participativos. _____

_____ Nesse âmbito, indicou que foram desenvolvidos processos participativos nas Saramagas — designadamente no Jardim das Saramagas —, bem como no jardim em Alcanena e no Jardim das Moitas Venda, associados a intervenções de habitação a custos acessíveis, destinadas a responder à procura de habitação por população jovem qualificada. Referiu que as primeiras seis habitações entregues no âmbito deste programa foram ocupadas por pessoas cuja idade máxima era de 30 anos, sendo a média de idades de 25 anos. _____

_____ Acrescentou que, nesses três parques urbanos, a metodologia participativa foi testada com elevado nível de adesão. Contudo, assinalou que, em Minde, a participação foi significativamente inferior, tendo-se verificado a presença de apenas duas ou três pessoas em algumas das sessões, o que considerou surpreendente face à tradição participativa de Minde. Referiu ainda que foram promovidos três momentos de participação, sendo que, no primeiro, estiveram presentes apenas duas ou três pessoas. _____

_____ Concluiu, assim, que não houve processos participativos no âmbito dos edifícios de habitação a custos acessíveis, nem de habitação social em Minde, à semelhança do que sucedeu nos restantes cerca de 30 projetos distribuídos pelo concelho, muitos dos quais já em fase de execução. _____

_____ Relativamente ao prazo das obras, esclareceu que o conjunto das intervenções corresponde a sete empreitadas, as quais têm registado atrasos significativos. Informou que a Câmara Municipal deliberou recentemente a aplicação de penalizações ao empreiteiro responsável, precisamente devido a esses atrasos. Referiu ainda que esta realidade é transversal ao setor da construção, considerando que, atualmente, são raras as obras que decorrem dentro dos prazos inicialmente previstos. _____

_____ Destacou que o Município tem atualmente cerca de 30 obras em execução, sendo que apenas uma ou duas estarão a cumprir os prazos. Sublinhou, em particular, o volume de investimento em curso na freguesia de Minde, onde referiu existirem obras no valor de 14 milhões e 200 mil euros, abrangendo áreas como



habitação, fábrica de cultura, piscinas, centro de saúde, entre outras. Salientou tratar-se de um nível de investimento sem precedentes naquela localidade. _____

_____ Referiu ainda que o Executivo se encontra a desenvolver um novo projeto de participação pública em Minde, em colaboração com a Faculdade de Arquitetura do Porto, cuja equipa ficará sediada na Casa da Memória. Indicou que o início desta iniciativa, inicialmente previsto para abril, foi adiado para o início de maio, e que terá como objetivo a reflexão sobre o espaço público da localidade, abrangendo diversas áreas, desde o Largo da Capela até à Mata, às escolas e ao Alto do Pina. _____

_____ Sublinhou que este será o momento próprio para debater o espaço público de forma integrada, reiterando que essa foi a metodologia e o compromisso assumido pelo Executivo. Acrescentou que, face às várias obras em curso em Minde, é fundamental garantir que o espaço público seja devidamente pensado, utilizado e colocado ao serviço da comunidade. _____

_____ No que respeita a representações tridimensionais (3D) relativas a espaços privados, afirmou que não se pronuncia sobre matérias que incidam sobre propriedade privada, que não pertence ao Município. _____

_____ Reiterou que a prioridade do Executivo é a conclusão, com a maior brevidade possível, das obras em curso em Minde, cujo montante global ascende a cerca de 14 milhões e 200 mil euros, a que acresce investimento significativo no restante concelho. _____

_____ Acrescentou que se encontra igualmente previsto o desenvolvimento de um espaço público nas Saramagas, associado à habitação a custos acessíveis, destinado a acolher 49 famílias, estimando-se um investimento na ordem dos 400 a 500 mil euros, embora ainda sem valores finais definidos. _____

_____ Referiu ainda que o Município está a trabalhar na resolução de problemas de drenagem de águas pluviais em Minde, encontrando-se em negociação a aquisição de terrenos para a construção de uma bacia de laminagem, com vista a mitigar situações recorrentes de acumulação de água em períodos de precipitação intensa, implicando um investimento adicional de várias centenas de milhares de euros. _____

_____ No âmbito das infraestruturas desportivas, destacou o apoio à substituição do relvado dos campos do Vitória, atualmente dois, bem como a necessidade de futuros investimentos no pavilhão. Referiu ainda a intervenção em curso nas piscinas de Minde, no valor aproximado de meio milhão de euros, obra que sofreu atrasos, mas cuja conclusão se prevê para o mês de maio. _____

_____ Por fim, indicou a intenção de criar um parque urbano na zona desportiva de Minde, reforçando que estas são as prioridades definidas pelo Executivo, _____



sufragadas em eleições no mês de setembro, sendo neste enquadramento que se concentram os esforços e recursos municipais. Reiterou, novamente, que não se pronuncia sobre projetos em terrenos privados, por não se tratar de propriedade municipal. _____

_____ O **Senhor Pedro Micaelo** começou por manifestar o seu reconhecimento e congratulação pelos investimentos que têm vindo a ser realizados em Minde e no concelho, referindo que nunca os criticou e que, pelo contrário, os valoriza. _____

_____ Esclareceu, contudo, que a sua intervenção não se prende com o investimento público em geral, mas sim com a intervenção específica relativa à construção de três apartamentos num edifício classificado como sendo de reabilitação, considerando que, na prática, não se trata de uma reabilitação, mas sim da construção de um edifício novo. _____

_____ Referiu que, no seu entendimento, a solução proposta apresenta constrangimentos, nomeadamente pelo facto de o arruamento naquele local ficar mais estreito, não existir recuo do edifício e se verificar um aumento de volumetria. _____

_____ Acrescentou que não têm sido apresentados projetos para o espaço público naquele local, referindo que o modelo tridimensional (3D) por si divulgado constituiu apenas um contributo pessoal, elaborado na sequência da ausência de apresentação, por parte da Câmara Municipal, do estudo que havia sido referido anteriormente. Sublinhou que esse trabalho não pretende ser uma solução definitiva, mas apenas uma proposta de reflexão. _____

_____ Salientou que está em causa a construção de um edifício destinado a três apartamentos, num terreno com cerca de 80 metros quadrados, inserido numa praça central que, no seu entendimento, poderia ser objeto de ampliação. Referiu ainda que existe um terreno contíguo disponível para aquisição por um valor que considera reduzido, atendendo aos montantes de investimento em curso. _____

_____ Questionou, assim, por que motivo a Câmara Municipal não considera uma solução alternativa que possa responder às preocupações manifestadas por parte da população, sugerindo a possibilidade de uma intervenção integrada que permita, simultaneamente, resolver a situação das empenas existentes, construir o edifício com recurso ao terreno adjacente e qualificar o espaço da praça, conferindo-lhe maior dignidade. _____

_____ Enfatizou a importância simbólica e histórica do local, referindo tratar-se da praça mais antiga e central de Minde, associada ao pintor Roque Gameiro, defendendo que as opções a tomar devem atender ao futuro da localidade e às necessidades da população. _____



_____ Concluiu afirmando que a sua posição não resulta de uma atitude de oposição, mas antes de uma preocupação com a qualidade do espaço urbano e com a criação de condições que tornem Minde uma localidade mais atrativa e não apenas um dormitório, sublinhando a relevância de uma abordagem que valorize o território e a sua identidade histórica. _____

_____ Seguidamente, a **Senhora Filipa Achega**, natural de Minde, referiu que, face ao exposto anteriormente, ficou com a perceção de que o espaço a sujeitar a auscultação pública se circunscreve à área pública da Praça Alberto Guedes. Questionou, nesse sentido, se o edifício aí existente não será objeto de reflexão ou eventual revisão. _____

_____ Em resposta, o **Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que o processo de reflexão e participação pública incidirá sobre o espaço público e não sobre o edifício em causa. _____

_____ Explicou que o referido edifício foi objeto de aquisição por parte do Município, por se encontrar em avançado estado de degradação, situação que considerou indigna para a localidade, referindo, a título ilustrativo, a exposição de uma sanita no interior do imóvel, visível do exterior, o que motivou a intervenção municipal. Acrescentou que se tratava de uma situação que se prolongava há várias décadas. ____

_____ Estabeleceu um paralelismo com intervenções anteriormente realizadas, nomeadamente no Largo da Capela, onde, ao longo de vários anos, se verificou igualmente uma situação degradada, entretanto resolvida através de uma intervenção em duas fases, permitindo a requalificação e dignificação daquele espaço público. ____

_____ Referiu que, no caso do edifício da Praça Velha, a intenção inicial do Município foi proceder à sua reabilitação, tendo sido elaborado o respetivo projeto, inclusive com o contributo de uma arquiteta de Minde. Contudo, na sequência da análise técnica, foram identificados problemas estruturais que inviabilizaram a reabilitação do imóvel. _____

_____ Perante essa situação, informou que foi deliberado, por unanimidade, em reunião de Câmara, proceder à demolição do edifício existente e à construção de um novo edifício no mesmo local. Esclareceu que o novo projeto respeita a volumetria e a integração na envolvente, prevendo dois pisos acrescidos de um terceiro piso recuado, solução considerada adequada do ponto de vista urbanístico e alinhada com as características dos edifícios adjacentes. Indicou que o projeto foi acompanhado e validado pela Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Urbanismo da Autarquia. ____

_____ Acrescentou que a empreitada foi integrada num procedimento mais amplo, inicialmente envolvendo várias obras, tendo sido posteriormente adjudicadas



outras intervenções, incluindo a denominada “urbanização dos azulejos”, onde está prevista a criação de 25 lugares de estacionamento, em área próxima ao edifício em causa. _____

_____ Referiu ainda que a obra já deveria estar concluída, tendo, no entanto, ocorrido constrangimentos adicionais, designadamente de natureza estrutural, relacionados com a proximidade ao edifício contíguo, o que obrigou à revisão do projeto de estrutura. _____

_____ Reiterou que o Executivo considera o espaço público como prioritário em termos de reflexão e intervenção, motivo pelo qual foi estabelecida colaboração com a Faculdade de Arquitetura do Porto, com vista à promoção de um processo de debate alargado sobre o futuro de Minde, numa perspetiva de médio e longo prazo, designadamente a 10 a 15 anos. _____

_____ Sublinhou ainda que o Município tem em curso diversos projetos de habitação, incluindo outros dois previstos para o centro histórico de Minde, cuja concretização depende, entre outros fatores, da disponibilidade de empreiteiros. _____

_____ Referiu também a intenção de promover uma reflexão integrada sobre o espaço público, incluindo zonas como a envolvente da escola, cuja reabilitação se encontra dependente de financiamento, não obstante já ter sido lançado concurso e existir empreiteiro disponível para a execução da obra. _____

_____ Por fim, salientou a importância de uma utilização adequada e qualificada do espaço público, apontando como exemplo situações de estacionamento desordenado, que considerou desadequadas, defendendo a necessidade de uma abordagem conjunta e participada para a melhoria desses espaços. _____

_____ O **Senhor Pedro Micaelo** tomou a palavra, referindo não ter compreendido plenamente o processo em análise. Indicou que, do seu entendimento, o mesmo terá sido avaliado como uma reabilitação, apesar de considerar que o edifício existente não reunia condições para tal intervenção. Acrescentou que, embora não integre os serviços técnicos, lhe parece que o projeto apresentado corresponde formalmente a uma reabilitação, evidenciada pelas peças desenhadas com indicação de alterações (a vermelho e amarelo). _____

_____ Salientou, contudo, que uma intervenção de reabilitação obedece a um enquadramento normativo distinto de uma construção nova. Neste sentido, referiu que, tratando-se, na prática, de uma construção nova, a mesma deveria respeitar o disposto no Regulamento Geral das Edificações Urbanas, designadamente no que se refere às condições de implantação. Especificou que, atendendo a tratar-se de um terreno de gaveto, deveria, no mínimo, ser considerado um recuo adequado. _____



_____ Acrescentou ainda que o local em causa — conhecido como a “esquina do Rafael” — apresenta características particulares, nomeadamente o estreitamento da via em virtude da curvatura existente, sendo que o edifício anteriormente implantado já apresentava uma largura inferior à restante frente de rua. Ainda assim, considerou que, em caso de construção nova, deveriam ser respeitados, pelo menos, os alinhamentos existentes, concluindo existir uma incoerência no processo, que afirmou não conseguir compreender. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** tomou a palavra, esclarecendo que não sendo arquiteto, mas engenheiro florestal, os projetos são analisados e acompanhados pelos técnicos competentes da autarquia, nomeadamente pelos arquitetos da Câmara Municipal, os quais acompanharam o processo em questão. _____

_____ O **Senhor Pedro Micaelo** voltou a intervir, referindo que, na situação em apreço, a Câmara Municipal assume simultaneamente as funções de promotora, legisladora e fiscalizadora, considerando que, nestes termos, a situação em causa poderá não constituir um exemplo adequado para os municípios. _____

_____ Seguidamente, a **Senhora Isabel Sana** tomou a palavra, referindo ser natural de Minde, à semelhança do interveniente anterior, e salientando que a questão por este colocada corresponde, em grande medida, àquela que pretendia apresentar. Questionou o Executivo sobre se, tratando-se de uma obra promovida por um particular, a mesma seria considerada admissível, nos mesmos termos, por parte da Câmara Municipal, e se teria continuidade. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu que a questão não se prende com uma apreciação de natureza subjetiva, nem com o gosto estético do Presidente ou dos Vereadores, mas sim com o cumprimento da legislação aplicável. Acrescentou que todos os projetos são acompanhados pela Divisão de Obras, tendo, no caso concreto, existido acompanhamento técnico permanente por parte dos arquitetos, os quais terão estado em diálogo no decurso do processo, manifestando a expectativa de que o trabalho tenha sido realizado com o devido rigor. _____

_____ A **Senhora Isabel Sana** questionou, de seguida, a hipótese de não ter existido o referido acompanhamento técnico, ao que o **Senhor Presidente da Câmara** respondeu que, a verificar-se tal situação, a mesma deverá ser devidamente avaliada. Reiterou, contudo, que as matérias de natureza arquitetónica e técnica devem ser apreciadas pelos respetivos especialistas, referindo ainda que tem sido manifestada uma diversidade de opiniões relativamente ao projeto em causa, algumas favoráveis e outras menos favoráveis, incluindo por parte de pessoas que, segundo afirmou, desconhecem o mesmo. Acrescentou tratar-se, possivelmente, de um dos projetos



mais escrutinados do concelho de Alcanena, referindo, a título pessoal, que, não sendo arquiteto, não lhe compete proceder a esse tipo de avaliação técnica. _____

_____ A **Senhora Isabel Sana** esclareceu que a questão em apreço não se relaciona com apreciações de gosto, mas sim com o cumprimento da lei. Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara reafirmou que todos os projetos são acompanhados pela Divisão de Urbanismo, esperando que tal acompanhamento seja efetuado com critérios de rigor. _____

_____ Por fim, a **Senhora Mónica Simões** tomou a palavra, referindo igualmente ser natural de Minde, colocando uma questão relativa à opção de intervenção adotada. Reconheceu como positiva a aquisição, por parte do Município, de um edifício que se encontrava degradado, mas questionou a necessidade da criação de mais três habitações naquele local. _____

_____ Referiu que, atendendo à atual dinâmica de construção habitacional em Minde, poderá não ser evidente a necessidade dessas três novas unidades, sugerindo que poderia ter sido ponderada uma solução alternativa, nomeadamente o alargamento da praça existente e a criação de um espaço público de lazer. Propôs ainda a possibilidade de condicionamento ou encerramento da via ao trânsito, de forma a permitir a utilização do espaço pela população, designadamente crianças, jovens, adultos e idosos, promovendo o convívio e a fruição do espaço público. Concluiu questionando se não seria possível repensar e ponderar a solução adotada.

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** referiu que existem diferentes momentos neste tipo de processos, designadamente a tomada de decisão, a aquisição, a elaboração de projetos, a apresentação de candidaturas e, por fim, a execução das obras. Acrescentou que, na zona em causa, identifica a existência de outros espaços na envolvente da praça, considerando que o principal constrangimento será a reduzida utilização do espaço público por parte da população. _____

_____ A **Senhora Mónica Simões** discordou desta perspetiva, afirmando que não existe, na prática, espaço público adequado. Referiu, a título de exemplo, a sua situação pessoal, enquanto avó de duas crianças, com um e cinco anos de idade, salientando a inexistência de locais apropriados onde estas possam brincar e conviver com outras crianças. Indicou que tem recorrido à mata para esse efeito, onde as crianças brincam junto à água. _____

_____ A **Senhora Maria Virgínia Micaelo** manifestou preocupação quanto à utilização da praça, considerando que a mesma poderá vir a assumir predominantemente a função de parque de estacionamento, em detrimento da sua vocação enquanto espaço de lazer. Referiu que a construção do edifício previsto, com



três habitações e sem garagem, poderá agravar a pressão de estacionamento na zona, situação que, no seu entender, já se verifica atualmente, face à escassez de lugares disponíveis. _____

_____ Questionou, assim, se não poderia ser ponderada uma solução que articulasse a função de estacionamento com a criação de um espaço público de lazer, sublinhando ainda as implicações da construção de mais um edifício sem estacionamento próprio, bem como as questões associadas ao enquadramento legal, quer em matéria de obra pública, quer de obra particular. _____

_____ O **Senhor Alexandre Pires** tomou a palavra, referindo que considera que a reabilitação urbana foi aquilo que realizou na sua própria habitação, situada na zona histórica de Minde, onde procedeu à recuperação integral do imóvel, respeitando os parâmetros legais e urbanísticos em vigor. Sublinhou que a Câmara Municipal de Alcanena não é entidade legisladora, sendo a legislação produzida noutras instâncias.

_____ Referiu, ainda, que tem sido afirmado que Minde carece de espaços de lazer, considerando, contudo, que existem vários espaços públicos na freguesia que não são devidamente utilizados. Deu como exemplo a Praça Alberto Guedes, que descreveu como estando excessivamente ocupada por veículos automóveis, bem como a Praça 14 de Agosto, onde afirmou existirem numerosos lugares de estacionamento disponíveis. Recordou que cresceu na zona histórica de Minde, conhecendo profundamente locais como o Alto Pina, a Praça Alberto Guedes, a Praça 14 de Agosto e o Largo das Eiras. _____

_____ Nesse contexto, convidou os presentes a verificarem, em diferentes períodos do dia, a disponibilidade de estacionamento existente na Praça 14 de Agosto, referindo que, segundo observações efetuadas por si ao longo do tempo, existem frequentemente cerca de 33 lugares vagos. Considerou, por isso, que o problema do estacionamento não corresponde à realidade que tem vindo a ser apresentada. _____

_____ Acrescentou que o Estado investiu em diversos espaços públicos e equipamentos na vila que, no seu entendimento, não são suficientemente utilizados pela população. Referiu o parque infantil existente na Praça 14 de Agosto, o Largo das Eiras, o Largo do Coreto, o espaço junto à Capela de Santo António, cuja reabilitação referiu ter representado um investimento de cerca de 300 mil euros, bem como a remoção do pré-fabricado junto ao Museu de Agualela, que afirmou ter custado mais de 180 mil euros, além da intervenção no Largo do Alto Pina. Em todos os casos, questionou a reduzida utilização daqueles espaços públicos. _____



_____ Recordou que o projeto em discussão foi aprovado por unanimidade na Câmara Municipal, cumprindo, à data, todos os requisitos legais e urbanísticos exigidos. Referiu que, enquanto Vice-Presidente da Câmara e responsável pelo pelouro do urbanismo, acompanhou o processo, assegurando que todas as exigências legais foram escrupulosamente respeitadas. _____

_____ Manifestou ainda a sua preocupação relativamente ao estado degradado do imóvel em causa, considerando tratar-se de uma “vergonha” para a vila, e recordou o compromisso anteriormente assumido pelo Senhor Presidente quanto à reabilitação daquele edifício. Referiu igualmente a colaboração da Faculdade de Arquitetura do Porto no processo, salientando a competência técnica da respetiva equipa. _____

_____ O Senhor Alexandre Pires afirmou não compreender as críticas relacionadas quer com a falta de estacionamento, quer com a inexistência de espaços de lazer, uma vez que considera existirem soluções já criadas para ambas as situações. Questionou, por isso, quando terá efetivamente início a obra. _____

_____ Sublinhou, também, a importância da revitalização do centro histórico de Minde, afirmando que uma das maiores satisfações que atualmente sente é voltar a ver crianças a brincar na rua e a conviverem entre si, independentemente da sua nacionalidade ou origem. Defendeu a necessidade de acolher bem quem escolhe viver em Minde e manifestou preocupação com algumas manifestações de xenofobia e racismo que afirma ter observado. _____

_____ Referiu ainda que o programa habitacional em causa foi concebido para proporcionar habitação condigna às pessoas e contribuir para a redução dos valores das rendas praticadas. Considerou que o aumento da oferta habitacional poderá ter um impacto positivo na economia local, permitindo o acesso a habitações com melhores condições e rendas mais acessíveis. Indicou que existem atualmente casas em Minde arrendadas por valores entre 400 e 500 euros sem condições adequadas, enquanto as habitações previstas no projeto terão um teto máximo de renda na ordem dos 380 euros. _____

_____ Concluiu afirmando que respeita opiniões divergentes, esperando igual respeito pela sua posição, sem ofensas pessoais. Reiterou que considera ter existido tempo suficiente para reflexão, sendo agora o momento de avançar com a concretização da obra, que entende já estar parada há demasiado tempo. Defendeu, por fim, que a intervenção permitirá devolver dignidade ao edifício e à praça envolvente, atualmente excessivamente ocupada por automóveis, considerando necessário devolver aquele espaço às pessoas e à convivência social. _____



_____ O **Senhor Presidente da Câmara** acrescentou que já se encontra em execução uma obra naquela zona destinada à construção de oito habitações e à criação de 25 lugares de estacionamento. Esclareceu que, embora o edifício em discussão não contemple estacionamento próprio, o projeto contíguo permitirá reforçar significativamente a capacidade de estacionamento existente, assegurando um número de lugares superior ao número total de habitações previstas naquela área. ____

_____ A **Senhora Filipa Acheга** tomou a palavra para referir que, estando aparentemente já definida a solução urbanística relativa ao edifício em causa, gostaria de saber quando será proporcionada à população a possibilidade de ser auscultada relativamente ao espaço público envolvente. Recordou que, em reuniões informais anteriores, teria sido transmitida a intenção de promover essa participação pública. ____

_____ Nesse sentido, questionou quando poderá a população contribuir com opiniões e propostas relativamente ao restante território envolvente, defendendo a importância de uma participação cívica alargada na definição dos espaços públicos e da dinâmica social pretendida para aquela zona, considerando que a existência de habitação, por si só, não é suficiente para garantir a vivência e fruição dos espaços públicos pela comunidade. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu que se encontrava a consultar o documento elaborado pela Faculdade de Arquitetura do Porto, referindo que a primeira fase do trabalho, designada como “quatro dias imersivos em Minde”, decorrerá previsivelmente entre os dias 6 e 9 de maio. _____

_____ O **Senhor Alexandre Pires** questionou, de seguida, se iria existir um local específico destinado à auscultação da população. _____

_____ Em resposta, o **Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que os participantes irão desenvolver o seu trabalho em vários locais da vila de Minde, estando igualmente previstos momentos de conversa e partilha com a comunidade, incluindo um evento a realizar no mercado. Acrescentou que parte dos alunos e professores ficará alojada em Minde, sendo outra parte acolhida nos Olhos d’Água. ____

_____ Referiu ainda que todo o processo tem vindo a ser acompanhado pela sua Adjunta, Arq.^a Ana Correia, no âmbito do protocolo celebrado recentemente com a Faculdade de Arquitetura do Porto, o qual prevê a colaboração daquela instituição em vários projetos no concelho. Indicou que o primeiro trabalho será desenvolvido em Minde, estando posteriormente previstas intervenções no Espinheiro e um evento de âmbito europeu na Serra de Santo António, existindo já uma calendarização preliminar definida. ____



_____ O Senhor Presidente da Câmara passou então a palavra à sua Adjunta, Arq.ª Ana Correia, para prestar esclarecimentos adicionais. _____

_____ **A Adjunta do Senhor Presidente, Arq.ª Ana Correia**, começou por referir que, embora esteja há pouco tempo no executivo municipal, exerce funções como arquiteta há mais de trinta anos, tendo regressado a Alcanena há cerca de nove anos.

_____ Sublinhou que o exercício urbanístico atualmente em desenvolvimento em Minde não deve ser entendido de forma isolada. Referiu que os espaços públicos só ganham vida quando existem pessoas a habitá-los e recordou experiências ocorridas na década de 90, no âmbito dos programas Polis, em que a retirada de habitantes dos centros históricos conduziu à sua descaracterização, ao aumento do vandalismo e à perda de segurança, tendo sido posteriormente necessário promover o regresso da habitação a esses espaços. _____

_____ Defendeu que os residentes são os principais cuidadores do espaço público e que, sem população residente, qualquer investimento em equipamentos ou infraestruturas perde vitalidade. Considerou, por isso, que o trabalho desenvolvido pelo executivo representa um exercício inovador a nível nacional, uma vez que procura pensar o território de forma integrada. _____

_____ Esclareceu que a intervenção não se limita à Praça Alberto Guedes, abrangendo igualmente a Praça 14 de Agosto e todo o eixo urbano até ao Polje, procurando estabelecer uma relação mais próxima entre este espaço natural e a vila. Acrescentou que a reflexão em curso contempla também aspetos relacionados com o conforto urbano, nomeadamente a criação de zonas de sombra, conforto térmico e espaços públicos mais acolhedores e adequados à permanência das famílias e crianças. _ _____

_____ Manifestou a convicção de que os habitantes de Minde deverão sentir orgulho nesta iniciativa, explicando que o projeto está a ser desenvolvido em parceria com a Faculdade de Arquitetura do Porto, envolvendo alunos do quinto ano do curso de Arquitetura, acompanhados pelos respetivos docentes, investigadores e monitores.

_____ Informou ainda que os alunos irão permanecer em Minde de forma imersiva, estudando o território e dispondo de um espaço de trabalho permanente na vila. Referiu que, no final do processo, será realizado um evento público para apresentação e divulgação dos trabalhos desenvolvidos, promovendo a participação da comunidade. Acrescentou que os trabalhos permanecerão expostos durante cerca de um mês, permitindo à população acompanhar e refletir sobre as propostas apresentadas. _____



_____ Concluiu salientando que, à data, o edifício existente naquele local se encontrava em avançado estado de degradação, podendo mesmo representar risco para quem circulasse na zona, considerando, por isso, que a intervenção prevista constitui uma iniciativa positiva e demonstrativa do empenho do executivo na requalificação urbana de Minde. _____

_____ A **Senhora Élia Achega** tomou então a palavra, referindo ter percebido que o projeto do edifício se encontra praticamente concluído e que a sua concretização deverá avançar. Ainda assim, questionou se não existiria possibilidade de adquirir um terreno localizado nas traseiras, permitindo implantar o edifício mais recuado, de modo a evitar a exposição das empenas existentes na Rua Dr. Totta, as quais considerou visualmente pouco harmoniosas. _____

_____ Questionou igualmente se, caso tal solução já não fosse viável, seria possível recuar parcialmente o edifício previsto, permitindo o alargamento do passeio na Rua Dr. Totta, que considerou atualmente demasiado estreito para a circulação confortável de peões, incluindo pessoas com carrinhos de bebé ou de compras. _____

_____ Por último, manifestou preocupação relativamente ao facto de o projeto prever habitação ao nível do rés-do-chão, diretamente voltada para a praça, através de portas de sacada. Considerou que tal solução poderá comprometer a privacidade dos futuros moradores e limitar a possibilidade de instalação futura de usos comerciais ou de restauração, como esplanadas, cafés, bares ou lojas naquele espaço. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** referiu que já teria respondido, em parte, às questões anteriormente colocadas, reiterando que se encontram atualmente em curso, em Minde, investimentos na ordem dos 14 milhões de euros. _____

_____ Sublinhou que o executivo definiu prioridades claras para a vila, as quais foram igualmente sujeitas ao escrutínio democrático nas últimas eleições autárquicas. Entre essas prioridades destacou a criação de espaços públicos de qualidade, considerando que atualmente existem insuficiências nesse domínio. _____

_____ Referiu, em particular, a necessidade de criar um espaço público qualificado na zona das Sarmagas, que possa servir as crianças e famílias que ali residem ou venham a residir, bem como a criação de um espaço de convivência junto à zona desportiva, permitindo o usufruto da piscina, do campo de futebol e de outras modalidades, promovendo simultaneamente a prática desportiva e a convivência intergeracional. _____

_____ Mencionou igualmente a primeira fase da futura Fábrica de Cultura, considerando que esta permitirá estabelecer uma nova relação entre a vila e o Polje de Minde. Acrescentou que, numa segunda fase, será necessário aprofundar essa



ligação, promovendo uma maior apropriação comunitária daquele espaço, designadamente pela comunidade criativa e cultural. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** esclareceu ainda que, para além das intervenções habitacionais atualmente em curso em Minde, estas são as principais prioridades estratégicas do executivo para a vila. Indicou que a visão em desenvolvimento passa também por repensar a relação entre o espaço público e a comunidade, abrangendo o território desde a mata até à zona das escolas, ao Largo da Capela e ao Alto do Pina. _____

_____ Referiu que o objetivo passa por promover, de forma gradual, a reabilitação do casco urbano e dos núcleos históricos, não apenas em Minde, mas em todo o concelho de Alcanena. Nesse contexto, anunciou que o Município se prepara para lançar uma nova geração de projetos habitacionais, designada “Habitação 2.0”, inspirada em modelos europeus de co-living. _____

_____ Informou ainda que tem agendada uma reunião com a Senhora Secretária de Estado para apresentação de um pacote de investimentos na ordem dos 40 milhões de euros, no qual gostaria de incluir a recuperação da Fábrica Alves Raposo, criando uma centralidade urbana articulada com a futura Fábrica de Cultura. _____

_____ Concluiu afirmando que é nestes grandes projetos estruturantes para Minde que o executivo está atualmente concentrado. _____

_____ A **Senhora Élia Achega** voltou a intervir, questionando se o repensar do espaço público não seria facilitado caso o edifício em causa recuasse, ainda que minimamente, e caso o rés-do-chão previsse um espaço comercial em vez de habitação, considerando que tal poderia potenciar a dinâmica urbana e social daquela praça. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu que essas questões já foram anteriormente ponderadas e analisadas pelos arquitetos municipais, reiterando que, nesta fase, a prioridade do executivo se centra no planeamento global do espaço público e nos grandes projetos estruturantes para Minde. _____

_____ A **Senhora Élia Achega** esclareceu então que, na sua perspetiva, subsiste um erro na solução proposta, embora reconheça que se trata da sua opinião pessoal. Questionou se ainda existiria margem para corrigir ou minimizar esse eventual erro, sublinhando que considera preferível a construção do novo edifício ao estado degradado anteriormente existente. _____

_____ Acrescentou, contudo, que gostaria que aquele espaço pudesse vir a proporcionar não apenas habitação, mas também funções comerciais e de convivência, como cafés, restaurantes, bares ou esplanadas, por entender que esses



equipamentos são fundamentais para atrair pessoas e dinamizar a vila. Referiu inclusivamente que várias pessoas interessadas em viver em Minde manifestam precisamente a falta desse tipo de oferta social e comercial. _____

_____ Em resposta, o **Senhor Presidente da Câmara** afirmou concordar quanto à importância desses estabelecimentos para a dinâmica urbana, recordando, no entanto, que anteriormente existiram cafés naquela zona que acabaram por encerrar. Considerou, por isso, que a existência e sustentabilidade desse tipo de negócios depende igualmente da existência de clientes e de população residente que os utilize.

_____ O **Senhor Moisés Morgado** tomou a palavra, começando por afirmar que a sua posição relativamente ao assunto é claramente favorável à atuação da Câmara Municipal. _____

_____ Referiu que, embora compreenda que existam opiniões divergentes, considera que a evolução das vilas e dos espaços públicos é inevitável e que não é possível regressar à realidade de outros tempos. Nesse sentido, salientou que a Praça Alberto Guedes não é diferente de outros espaços de Minde que sofreram transformações ao longo dos anos, como o Largo da Igreja, o Largo de Santo António, a Praça 14 de Agosto ou a atual praça do mercado. _____

_____ Relativamente às referências feitas ao facto de naquele local ter nascido o pintor Roque Gameiro, considerou que tal circunstância, por si só, não representa uma mais-valia determinante para a valorização da praça ou para a definição do futuro daquele espaço. _____

_____ Defendeu que a Câmara Municipal deve avançar com a reabilitação do edifício, entendendo que a questão do estacionamento não constitui um problema, uma vez que o projeto em curso prevê a criação de lugares de estacionamento adicionais, aos quais acrescem os já existentes na Praça 14 de Agosto. _____

_____ Acrescentou ainda que a praça poderá futuramente ser requalificada através da criação de zonas ajardinadas, bancos e árvores, considerando, contudo, que importa também refletir sobre a efetiva utilização comercial do espaço, uma vez que os estabelecimentos anteriormente existentes acabaram por encerrar. _____

_____ Concluiu afirmando que, na sua opinião, a Câmara Municipal deve avançar “bem e depressa” com a reabilitação do edifício do Rafael. _____

_____ A **Senhora Filipa Achega** tomou novamente a palavra, referindo que reconhece que o projeto já se encontra desenhado e arquitetado, bem como a importância da criação de habitação naquele local, conforme anteriormente mencionado pelo Senhor Alexandre Pires. _____



_____ Contudo, considerou que poderá ter sido perdida uma oportunidade de criar naquele espaço um pequeno polo de apoio comunitário. Recordou que, numa reunião realizada na Junta de Freguesia de Minde, sugeriu a possibilidade de instalação de uma pequena cozinha comunitária modular ou outro equipamento semelhante, que pudesse servir a população e dinamizar o espaço urbano. _____

_____ Referiu que, embora exista atualmente um estabelecimento privado no local, este não cumpre plenamente uma função comunitária ou de utilização coletiva do espaço público. Defendeu que soluções desta natureza, eventualmente complementadas com uma pequena zona destinada a espetáculos ou atividades culturais, poderiam permitir uma maior fruição do espaço urbano, especialmente durante o verão, contribuindo simultaneamente para revitalizar a memória e vivência social associadas ao centro histórico de Minde nas décadas passadas. _____

_____ Acrescentou que o Pavilhão Ana Sonsa é, muitas vezes, um espaço de dimensão excessiva para determinadas iniciativas, pelo que a criação de um equipamento de menor escala, mais próximo do centro histórico, poderia representar uma mais-valia para a comunidade. _____

_____ Concluiu referindo que, caso o projeto previsse no rés-do-chão uma utilização comunitária desta natureza, provavelmente não existiriam tantas reservas relativamente à solução apresentada, acrescentando que pretende apresentar estas reflexões no âmbito da futura auscultação pública anunciada. _____

_____ A **Senhora Maria Virgínia** tomou a palavra, referindo que nasceu e viveu naquela zona de Minde, onde cresceu juntamente com muitas outras crianças, recordando que, à época, existia menos população, mas uma vivência comunitária mais intensa. _____

_____ Considerou que, ao longo dos anos, a praça tem vindo progressivamente a perder dimensão e utilização enquanto espaço público, transformando-se essencialmente numa área de estacionamento automóvel. Nesse sentido, afirmou não compreender que uma intervenção num espaço público tenha como principal objetivo a criação de mais habitação, questionando a necessidade de instalar mais três famílias naquele local, reduzindo ainda mais a área disponível para usufruto coletivo. _____

_____ Salientou que a praça possuía antigamente duas tílias, cuja sombra servia de espaço de convívio e brincadeira para as crianças, existindo atualmente apenas uma árvore, que considera insuficiente. _____

_____ Manifestou preocupação com o facto de o espaço poder tornar-se apenas um “dormitório”, utilizado apenas para entrada e saída de moradores, sem promover verdadeira vivência comunitária. Contestou igualmente a ideia de que existam lugares



de estacionamento disponíveis em número suficiente, afirmando que reside naquela zona e que, sobretudo aos fins de semana, sente dificuldades em encontrar estacionamento, sendo frequentemente obrigada a estacionar mais longe. _____

_____ Considerou ainda que a construção de mais habitação naquela área poderá contribuir para um aumento da pressão urbanística, numa zona antiga da vila onde existem outros edifícios suscetíveis de reabilitação, questionando se tal significará a continuação da construção de novos volumes edificados em detrimento do espaço público existente. _____

_____ Defendeu que a requalificação urbana deveria privilegiar a criação de espaços dignos de convivência para crianças e adultos, permitindo o encontro e usufruto coletivo da população, ao invés de promover um maior adensamento habitacional. _____

_____ Concluiu afirmando sentir que o centro histórico de Minde está a ser descaracterizado e profundamente alterado relativamente à realidade que conheceu, manifestando tristeza pela transformação daquele espaço, ao qual continua a sentir uma forte ligação afetiva. _____

_____ O **Senhor Alexandre Pires** voltou a intervir, afirmando que considera importante que este tipo de assuntos seja discutido nos órgãos próprios e em contexto público. _____

_____ Dirigindo-se à Senhora Filipa Achega, referiu que existe na praça um espaço pertencente ao Estado, concretamente um edifício detido pela Junta de Freguesia, entendendo que a existência desse espaço permite precisamente o desenvolvimento de iniciativas comunitárias ou de utilização coletiva. _____

_____ Recordou que o edifício dos antigos correios foi cedido pelo Senhor António, conhecido por “Senhor Toneca”, à Junta de Freguesia, sendo atualmente património público. Considerou, por isso, que compete também aos munícipes dinamizar e utilizar os espaços existentes, defendendo que o Estado não deve assumir diretamente funções de promotor comercial. _____

_____ Acrescentou que existem naquela zona vários espaços suscetíveis de acolher estabelecimentos comerciais ou de restauração, referindo inclusivamente que alguns já funcionaram anteriormente como cafés ou lojas, embora alguns tenham, entretanto, encerrado. Referiu igualmente que o edifício do Estaminé é propriedade privada e que os respetivos proprietários poderão dar-lhe o uso que entenderem. _____

_____ A **Senhora Isabel Sana** tomou então a palavra, esclarecendo que uma parte significativa da população não se opõe à reabilitação do edifício em causa, mas sim à forma como o projeto está a ser concretizado. _____



_____ Referiu que, no entendimento de muitos moradores, a solução apresentada não beneficiará a freguesia, por considerar que não respeita a traça urbana existente nem a integração harmoniosa do edifício no espaço envolvente. Acrescentou ainda que o edifício não foi recuado relativamente à implantação prevista, reiterando que as críticas não se dirigem à reabilitação em si, mas à forma como esta foi concebida e executada, considerando inclusivamente que a solução poderá não estar plenamente conforme com a legalidade aplicável. _____

_____ **Seguidamente, o Senhor Presidente questionou os Senhores Vereadores presentes se tinham alguma questão, comentário ou sugestão a colocar no Período Antes da Ordem do Dia.** _____

_____ A **Senhora Vereadora Gorete Santos** tomou a palavra, referindo que gostaria de deixar algumas considerações relativamente ao assunto da Praça Alberto Guedes e da reabilitação do edifício em causa. _____

_____ Começou por salientar que o reconhecimento do investimento realizado em Minde e no concelho, nomeadamente os cerca de 14 milhões de euros referidos pelo Senhor Presidente, não está em causa, entendendo que esse trabalho terá sido reconhecido pela população, designadamente através da reeleição do atual executivo.

_____ Esclareceu, contudo, que a questão em discussão não se prende com a oposição à construção ou reabilitação do edifício, mas antes com a possibilidade de ajustar ou reestruturar a solução projetada, de forma a que esta possa ser mais bem aceite por uma parte da população e mais harmoniosa do ponto de vista cultural e urbano. _____

_____ Recordou que o projeto foi aprovado por unanimidade no mandato anterior, justificando-se então pela degradação avançada do imóvel, pelo risco de ruína e pelos potenciais perigos para a segurança pública, circunstâncias que fundamentaram a decisão de demolição e posterior reabilitação. _____

_____ Acrescentou, contudo, que, segundo informação que lhe foi transmitida, já nessa altura existiriam posições divergentes relativamente ao futuro da praça e à solução urbanística a adotar. Referiu que elementos do anterior executivo do Partido Socialista teriam alertado para essa situação, considerando que poderia ter existido, desde logo, uma maior auscultação da população relativamente às diferentes opções possíveis para aquele espaço. _____

_____ Relativamente à execução da obra, referiu ter conhecimento de que os trabalhos terão já iniciado naquele dia. Ainda assim, atendendo ao descontentamento



manifestado por uma parte da população de Minde, questionou novamente se existiria possibilidade de repensar ou reajustar o projeto. _____

_____ Nesse contexto, interrogou igualmente o Senhor Presidente acerca do financiamento da obra, questionando se o investimento inicialmente previsto ao abrigo do PRR a 100% se manteria, tendo em conta o atraso na execução. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que parte do financiamento continuará enquadrado no PRR, sendo a restante componente assegurada através de um novo mecanismo de financiamento entretanto negociado pelo Estado. _____

_____ Explicou que o Governo se encontra atualmente em negociações com Bruxelas relativamente à eventual prorrogação dos prazos do PRR, embora exista já um financiamento complementar negociado, no valor global de cerca de 1140 milhões de euros, destinado a assegurar a continuidade das obras que não venham a ser concluídas dentro dos prazos inicialmente previstos. _____

_____ Acrescentou que, no caso concreto do programa de habitação a custos acessíveis, o modelo de financiamento assenta essencialmente em empréstimos financiados através de Bruxelas, tendo o Estado optado por negociar um empréstimo complementar para substituir os montantes que eventualmente deixem de ser financiados diretamente pelo PRR. _____

_____ Questionado pela **Senhora Vereadora Gorete Santos** acerca das condições desse novo financiamento, o **Senhor Presidente** referiu que, à partida, a expectativa é de que o mesmo possa assegurar a totalidade do investimento, embora as condições concretas ainda não estejam totalmente definidas. _____

_____ A **Senhora Vereadora Gorete Santos** perguntou então quais seriam as consequências para o Município caso a obra fosse suspensa temporariamente para eventual reformulação do projeto. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu que a obra se encontra formalmente em execução, ainda que com algum atraso, e que existe um compromisso do Governo no sentido de apoiar financeiramente todas as obras já iniciadas. Salientou, contudo, que as situações em que os projetos não avancem ou fiquem suspensos poderão vir a ter tratamento distinto, razão pela qual considera fundamental que a obra prossiga rapidamente. _____

_____ A **Senhora Vereadora Gorete Santos** observou que todos os procedimentos administrativos e técnicos relativos ao projeto foram já cumpridos, esclarecendo que a sua questão se prendia apenas com a eventual possibilidade de proceder a pequenos reajustamentos ao projeto e com a abertura do Município para essa hipótese. _____



_____ Em resposta, o **Senhor Presidente da Câmara** afirmou que, aquando da aprovação unânime do projeto, nunca foram colocadas questões relativamente à solução arquitetónica ou urbanística agora contestada. _____

_____ Referiu que o debate público sobre esta matéria apenas surgiu posteriormente, por volta de maio ou verão de 2025, numa fase em que o processo já se encontrava bastante avançado, com projeto elaborado, analisado, negociado com o Governo, concursos lançados e contratos celebrados. _____

_____ Acrescentou que o primeiro concurso público ficou deserto, tendo sido necessário lançar novo procedimento, vindo posteriormente a ser adjudicadas as obras ao único empreiteiro concorrente. _____

_____ Esclareceu ainda que, já em fase de execução, foi detetada uma questão técnica relacionada com a estrutura do edifício, obrigando à revisão parcial do projeto do ponto de vista da engenharia civil. _____

_____ Concluiu afirmando que o processo foi aprovado por unanimidade pelo executivo municipal, existindo atualmente contratos assinados, compromissos públicos assumidos e uma obra em execução. Reconheceu que existem opiniões divergentes relativamente ao projeto, algumas defendendo a sua reformulação e outras considerando que a obra já deveria estar concluída, mas reiterou que, perante os compromissos assumidos e o estado avançado do processo, entende que a intervenção deve prosseguir. _____

_____ A **Senhora Vereadora Gorete Santos** questionou ainda se o edifício representava igualmente algum perigo para a segurança pública. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que, antes mesmo da aquisição do imóvel pelo Município, existiu uma situação de risco relacionada com a possibilidade de desmoronamento de parte da fachada do edifício. _____

_____ Referiu que, na altura, a Câmara Municipal teve de intervir de forma urgente por razões de segurança pública, tendo sido realizado um saneamento de emergência, determinado através de um despacho seu. Acrescentou que os custos dessa intervenção acabaram posteriormente por ser deduzidos ao valor de aquisição do imóvel. _____

_____ Esclareceu ainda que a demolição integral do edifício ocorreu já no âmbito da empreitada atualmente em execução. Indicou que, após os trabalhos de escavação e análise das condições do terreno, foram detetadas questões técnicas relacionadas com a estrutura prevista no projeto, o que obrigou à reformulação do projeto de engenharia estrutural. _____



_____ A **Senhora Vereadora Gorete Santos** questionou então o Senhor Presidente acerca da eventual existência de cláusulas contratuais relacionadas com rescisões ou atrasos da empreitada e quais poderiam ser as consequências para o Município. _____

_____ Em resposta, o **Senhor Presidente da Câmara** referiu tratar-se de uma matéria de natureza jurídica, mas reiterou que o projeto foi aprovado pelos órgãos competentes, que existem posições divergentes na comunidade relativamente à intervenção e que a obra se encontra atualmente a decorrer nos termos legais aplicáveis. _____

_____ O **Senhor Vereador Nuno Silva** tomou a palavra, esclarecendo que a empreitada em causa integra um procedimento de contratação mais amplo, que engloba um conjunto de obras. Nesse sentido, considerou que qualquer alteração ou suspensão relativamente à obra da Praça Alberto Guedes poderia colocar em causa todo o procedimento contratual, salientando que a anulação ou reformulação do processo não seria juridicamente simples, designadamente face às expectativas legítimas criadas junto do empreiteiro e aos compromissos contratuais já assumidos. _

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** acrescentou que o concurso público relativo à empreitada ficou deserto em duas ocasiões, tendo sido posteriormente adjudicado após novo procedimento. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** interveio de seguida, referindo que concorda com as observações feitas pelo Senhor Vereador Nuno Silva. Considerou, contudo, importante esclarecer que aquilo que foi aprovado por unanimidade pelo executivo municipal não foi apenas a obra da denominada “Casa Estaminé”, mas sim um conjunto mais vasto de intervenções integradas na mesma empreitada. _____

_____ Recordou igualmente que, aquando da aprovação, ficou registada em ata uma posição dos eleitos do Partido Socialista favorável à intervenção, fundamentada na necessidade urgente de reabilitação do espaço, mas também acompanhada da intenção de promover uma reflexão mais ampla sobre a requalificação do espaço envolvente e de ouvir a população relativamente ao futuro daquela zona. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** salientou ainda a importância da participação da população nas reuniões de Câmara, agradecendo a presença dos munícipes e incentivando a continuidade dessa participação cívica, não apenas relativamente a este tema, mas a todos os assuntos do concelho. _____



_____ Considerou que o debate em torno deste projeto pode ser resumido à palavra “ilusão”, explicando que os factos demonstram que o projeto foi aprovado e que a obra acabará por avançar, apesar de ter existido um movimento de opiniões favoráveis e desfavoráveis após o conhecimento público do projeto. _____

_____ Referiu que houve reuniões públicas sobre o tema, nomeadamente uma reunião em maio e uma reunião de Câmara descentralizada em Minde, a 18 de agosto, tendo existido, durante o período eleitoral, uma perceção de que a obra poderia ainda vir a ser alterada ou suspensa. No entanto, afirmou que sempre entendeu que, estando a empreitada já consignada, a sua execução acabaria inevitavelmente por avançar. _____

_____ Esclareceu igualmente que, do ponto de vista técnico, não se considera a pessoa mais habilitada para analisar a solução arquitetónica ou de engenharia do projeto, mas reiterou que a aprovação unânime incidiu sobre um conjunto de obras integradas na mesma empreitada, e não exclusivamente sobre o edifício em causa. _____

_____ Prossequindo a sua intervenção, o Senhor Vereador Samuel Frazão abordou uma notícia publicada no jornal “O Mirante”, relacionada com um pedido de indemnização apresentado pela empresa construtora Tecnourém. Referiu que, segundo a notícia, a empresa aponta alegadas falhas imputáveis ao Município. _____

_____ Esclareceu que desconhece os aspetos técnicos concretos do processo, considerando que caberá ao Município apresentar a sua defesa jurídica. Ainda assim, questionou o Senhor Presidente acerca do eventual impacto financeiro que o prolongamento deste litígio poderá ter para o Município, designadamente face aos prazos associados ao PRR e à importância da Tecnourém enquanto entidade responsável por várias empreitadas municipais atualmente em execução. _____

_____ Observou igualmente que algumas das expectativas inicialmente criadas em torno do PRR e do financiamento a 100% poderão não vir a concretizar-se integralmente, atendendo aos atrasos existentes em várias obras. Referiu que, apesar de reconhecer fatores externos que contribuíram para esses atrasos, como as condições meteorológicas verificadas no início do ano, considera difícil que algumas empreitadas sejam concluídas dentro dos prazos inicialmente previstos. _____

_____ Acrescentou ainda que o PRR representou, numa fase inicial, uma oportunidade de financiamento muito vantajosa para os municípios, razão pela qual entende que qualquer solução de financiamento subsequente dificilmente apresentará condições tão favoráveis. _____



_____ Concluiu a sua intervenção reiterando que, na sua opinião, relativamente ao projeto em discussão, existiu uma expectativa pública que acabou por não corresponder à realidade do processo já em curso. _____

_____ Por fim, o Senhor Vereador Samuel Frazão colocou uma questão adicional relacionada com a área da educação, referindo que os vereadores foram contactados por uma munícipe relativamente aos critérios de seleção do programa da Universidade de Verão. _____

_____ Indicou que procurou consultar o respetivo regulamento, mas não conseguiu encontrá-lo disponível no site do Município, razão pela qual questionou se existe efetivamente um regulamento aplicável ao programa e se o mesmo poderá ser disponibilizado publicamente. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** começou por esclarecer que todos os projetos integrados na empreitada em causa foram aprovados individualmente pelo executivo municipal antes do lançamento do respetivo concurso público, e não de forma conjunta ou “por atacado”. _____

_____ Referiu que cada projeto foi submetido a apreciação e votação autónoma por parte da Câmara Municipal, tendo posteriormente sido aprovado o lançamento do concurso público correspondente. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** questionou se tal circunstância se encontra devidamente registada em ata. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** confirmou essa informação e acrescentou que as aprovações ocorreram cerca de dois anos antes do último ato eleitoral autárquico, numa fase em que afirmou nem sequer saber se viria a ser novamente candidato. _____

_____ Na sequência da intervenção do **Senhor Vereador Samuel Frazão**, que questionou por que motivo o tema voltou a ser debatido em reunião realizada a 18 de agosto, o **Senhor Presidente da Câmara** aproveitou para responder às referências feitas quanto ao alegado planeamento herdado de anteriores executivos. _____

_____ Nesse sentido, afirmou que a estratégia local de habitação herdada previa apenas a reabilitação de alguns bairros habitacionais, sem financiamento assegurado e, em muitos casos, sem projetos executivos concretos. Referiu, como exemplo, o Bairro Anastácio Gonçalves, cujo projeto existente incidia apenas sobre intervenções exteriores, sem contemplar melhorias no interior das habitações. _____

_____ Acrescentou que a estratégia então existente previa apenas um aumento reduzido do parque habitacional social, estimando cerca de 20 a 30 novas habitações,



não contemplando inclusivamente algumas situações habitacionais degradadas existentes em Minde, Vila Moreira e Alcanena. _____

_____ Sublinhou que, à data da tomada de posse do anterior executivo, não existia qualquer projeto de habitação a custos acessíveis previsto no concelho, ao passo que atualmente existem cerca de 230 habitações em obra ou com projeto concluído nesse âmbito. _____

_____ Considerou, por isso, que o atual executivo não se limitou a executar planeamento anteriormente herdado, defendendo que foi este executivo que planeou, estruturou e está a concretizar os atuais investimentos na área da habitação, sem prejuízo do respeito institucional pelos executivos anteriores. _____

_____ Acrescentou ainda que o concelho de Alcanena se tornou uma referência nacional nesta matéria, afirmando que foi precisamente por essa razão que o Senhor Primeiro-Ministro escolheu Alcanena para apresentação de um programa nacional relacionado com a habitação. _____

_____ Referiu igualmente que o Município apresenta atualmente o maior investimento per capita do país nesta área e que, em termos de volume de obra, Alcanena terá em execução um montante equivalente, ou próximo, ao conjunto das restantes autarquias do Médio Tejo. _____

_____ Relativamente à notícia publicada no jornal “O Mirante”, esclareceu que o processo de aplicação de multa mencionado diz respeito à empreitada do Bairro Timor Lorosae e não à obra em curso em Minde. _____

_____ O Senhor Presidente afirmou que o Município entende não assistir razão ao empreiteiro nas questões levantadas e que não identifica riscos relevantes para o Município decorrentes dessa situação. _____

_____ Acrescentou que recebeu recentemente o representante da empresa empreiteira, o qual lhe terá transmitido, em tom informal, que preferia pagar a multa aplicada pelo Município a suportar uma carga fiscal superior. _____

_____ Referiu ainda que a empresa manifestou intenção de investir no concelho de Alcanena, designadamente através da aquisição de lotes no parque empresarial e da promoção de novos projetos habitacionais. _____

_____ Concluiu afirmando que, apesar de não considerar desejável a aplicação de multas, existem circunstâncias em que tal se torna necessário para assegurar o cumprimento dos prazos e obrigações contratuais, acrescentando que, segundo informação recebida, a obra em causa estará atualmente a avançar a bom ritmo. _____



_____ A **Senhora Vereadora Clara Baptista** tomou a palavra para prestar esclarecimentos relativamente à questão colocada sobre o programa da Universidade de Verão. _____

_____ Referiu que a encarregada de educação em causa havia solicitado esclarecimentos sobre o processo de seleção dos alunos beneficiários das bolsas atribuídas pelo Município. _____

_____ Explicou que a participação na Universidade de Verão constitui uma ferramenta estratégica de apoio e orientação dos estudantes, sendo atribuídas anualmente doze bolsas para frequência das Universidades de Aveiro e de Coimbra. _____

_____ Esclareceu que o convite é dirigido ao Agrupamento de Escolas de Alcanena e envolve alunos do 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade. Indicou ainda que o processo de seleção obedece a quatro critérios previamente definidos e comunicados ao agrupamento de escolas, cabendo a este a indicação dos alunos selecionados. _____

_____ Os critérios referidos são os seguintes: os alunos têm de pertencer ao Agrupamento de Escolas de Alcanena; são selecionados quatro alunos por cada ano de escolaridade; prevalece a melhor média obtida no primeiro semestre do ano letivo em curso; em caso de empate, é dada prioridade aos alunos abrangidos pela ação social escolar. _____

_____ A Senhora Vereadora esclareceu que a situação em causa ficou resolvida diretamente pelo Agrupamento de Escolas, sem necessidade de intervenção da Câmara Municipal. _____

_____ Explicou que a questão surgiu pelo facto de algumas alunas selecionadas este ano terem já participado anteriormente no programa, tendo frequentado a Universidade de Coimbra e manifestado intenção de repetir essa experiência. _____

_____ Contudo, salientou que os próprios princípios orientadores do programa privilegiam a alternância e o contacto dos alunos com diferentes realidades universitárias, permitindo-lhes uma escolha futura mais informada e fundamentada relativamente ao prosseguimento de estudos. _____

_____ Nesse sentido, referiu que não está previsto que o mesmo aluno frequente duas vezes a mesma universidade no âmbito do programa. _____

_____ Acrescentou que os encarregados de educação manifestaram inicialmente desagrado relativamente a esta situação, por entenderem que as alunas deveriam regressar à Universidade de Coimbra, considerando tratar-se de estudantes com elevado aproveitamento escolar e já orientadas para essa opção académica. _____



_____ Concluiu referindo que a Diretora do Agrupamento de Escolas de Alcanena, Ana Cláudia, acabou por resolver a situação através de diálogo com os alunos envolvidos, tendo sido alcançado entendimento entre os próprios estudantes, sem necessidade de intervenção adicional do Município. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** observou que a situação acabou por ser resolvida através do diálogo entre as partes envolvidas. Referiu, contudo, que a sua questão inicial resultou do facto de não ter conseguido localizar qualquer regulamento relativo ao programa no sítio institucional do Município. _____

_____ Nesse sentido, deixou como sugestão que o eventual regulamento existente possa vir a ser presente ou divulgado em futura reunião de Câmara, de forma a permitir maior clareza e transparência relativamente aos critérios aplicáveis ao programa. _____

_____ O **Senhor Vereador Gabriel Feitor** tomou a palavra, referindo que, tal como a Senhora Vereadora Gorete Santos, também integra este executivo municipal pela primeira vez. _____

_____ Indicou que conseguiu compreender as diferentes posições expressas relativamente ao projeto em discussão, mas afirmou não ter ainda percebido claramente qual a posição concreta da Senhora Vereadora Gorete Santos, enquanto representante eleita e residente em Minde. _____

_____ Nesse sentido, questionou diretamente se a Senhora Vereadora se opõe à realização da obra em si ou apenas à forma como esta está a ser concretizada, referindo que já anteriormente tinha sido discutido um plano de sinalização que, no seu entendimento, não deixara dúvidas quanto às posições então assumidas. _____

_____ Em resposta, a **Senhora Vereadora Gorete Santos** esclareceu que considera que a obra deveria, se possível, ser reajustada, defendendo a procura de um entendimento entre as várias partes envolvidas que permitisse adaptar ou melhorar a solução atualmente prevista. _____

_____ O **Senhor Vereador Gabriel Feitor** questionou então em que sentido concreto deveria ocorrer esse reajustamento. _____

_____ A **Senhora Vereadora Gorete Santos** respondeu que, na reunião de Câmara realizada em 18 de agosto, teria sido admitida a possibilidade de promover uma consulta pública relativamente ao espaço em causa, acrescentando que ficou na expectativa de que esse compromisso viesse efetivamente a concretizar-se. _____

_____ O **Senhor Vereador Nuno Silva** observou que qualquer eventual reajustamento do projeto implicaria questões complexas, nomeadamente a eventual aquisição de terrenos que não pertencem atualmente ao Município. Acrescentou que



um processo dessa natureza envolveria operações administrativas e jurídicas morosas, incluindo aquisição, escritura, unificação de lotes e reformulação do projeto.

_____ A **Senhora Vereadora Gorete Santos** reconheceu ter consciência de que o terreno em questão não pertence ao Município e de que qualquer solução dessa natureza exigiria tempo e procedimentos administrativos complexos. Explicou que foi precisamente por essa razão que questionou anteriormente o impacto financeiro e contratual de uma eventual reformulação do projeto, admitindo, contudo, não dispor ainda de acesso integral ao processo para avaliar concretamente os respetivos prazos e implicações. _____

_____ O **Senhor Vereador Nuno Silva** acrescentou que, para além da aquisição do terreno, seria ainda necessário proceder à alteração do projeto e à sua nova submissão para aprovação junto das diversas entidades competentes. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** interveio então para referir que existe igualmente uma questão de princípio, considerando que não compete ao executivo assumir que uma determinada posição está correta em detrimento de outra. Nesse sentido, afirmou que se limita a respeitar as soluções apresentadas pelos projetistas e técnicos responsáveis. _____

_____ A **Senhora Vereadora Gorete Santos** reiterou que a sua referência incidia sobretudo sobre o compromisso anteriormente assumido relativamente à realização de uma consulta pública. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu que o compromisso assumido foi o de promover uma reflexão sobre o espaço público envolvente, acrescentando que esse trabalho já se encontra em desenvolvimento, designadamente através da colaboração com a Faculdade de Arquitetura do Porto. Referiu ainda que esta iniciativa vinha sendo preparada anteriormente, estando inicialmente prevista para abril, não tendo surgido apenas após o debate público, mas que irá ocorrer em maio. _____

_____ **Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta verbal:** _____

_____ **1 - Proposta verbal de alteração das datas de realização das Reuniões de Câmara dos meses de maio e junho de 2026, mantendo-se inalterados os respetivos locais de realização**, por motivos de agenda, nos seguintes termos: _____

_____ - A Reunião de Câmara inicialmente agendada para o dia 04 de maio de 2026, a realizar-se no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, passa a realizar-se no dia 11 de maio de 2026; _____



_____ - A Reunião de Câmara inicialmente agendada para o dia 18 de maio de 2026, a realizar-se em Monsanto, passa a realizar-se no dia 25 de maio de 2026; _____

_____ - A Reunião de Câmara inicialmente agendada para o dia 01 de junho de 2026, a realizar-se no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, passa a realizar-se no dia 08 de junho de 2026; _____

_____ - A Reunião de Câmara inicialmente agendada para o dia 15 de junho de 2026, a realizar-se em Gouxaria, passa a realizar-se no dia 22 de junho de 2026. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovada a alteração das datas de realização das Reuniões de Câmara dos meses de maio e junho de 2026, mantendo-se inalterados os respetivos locais de realização, por motivos de agenda, nos seguintes termos: _____

_____ - A Reunião de Câmara inicialmente agendada para o dia 04 de maio de 2026, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, passa a realizar-se no dia 11 de maio de 2026; _____

_____ - A Reunião de Câmara inicialmente agendada para o dia 18 de maio de 2026, em Monsanto, passa a realizar-se no dia 25 de maio de 2026; _____

_____ - A Reunião de Câmara inicialmente agendada para o dia 01 de junho de 2026, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, passa a realizar-se no dia 08 de junho de 2026; _____

_____ - A Reunião de Câmara inicialmente agendada para o dia 15 de junho de 2026, em Gouxaria, passa a realizar-se no dia 22 de junho de 2026. _____

_____ Mais se deliberou que seja dada a devida publicidade às alterações agora aprovadas, nos termos legais em vigor. _____

_____ **Não existindo mais questões por parte dos Senhores Vereadores, no Período Antes da Ordem do Dia, deu-se início à apreciação da Ordem de Trabalhos da presente Reunião.** _____

_____ **1 - PONTO PRÉVIO** _____

_____ **1.1 - Ata da Reunião de Câmara Ordinária n.º 6/2026, realizada a 16-03-2026. (Para deliberação). (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a Ata da Reunião de Câmara Ordinária número seis/dois mil e vinte e seis, realizada a dezasseis de março de dois mil e vinte e seis, tendo o Senhor Presidente da Câmara colocado a mesma à apreciação dos Membros do Executivo e sendo dispensada a sua leitura, por o respetivo texto ter sido distribuído, previamente, pelos Membros do Executivo. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovada a Ata da Reunião de Câmara Ordinária número seis/dois mil e vinte e seis, realizada a dezasseis de março



de dois mil e vinte e seis, nos termos do disposto no artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro. _____

1.2 - Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição (2025).

Documento ref.ª 6396. Processo ref.ª 2026/100.10.200/1. (Para conhecimento) _____

_____ Foi presente, para conhecimento, o Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição, referente ao ano de 2025. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento do Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição, referente ao ano de 2025, enquadrado na Lei n.º 24/98, de 26 de maio. _____

_____ Remeter à Assembleia Municipal, para conhecimento. _____

1.3 - Acordo de Cooperação entre o Município de Alcanena e a GIIA Portugal. Documento ref.ª 7123. Processo ref.ª 2026/200.30.600/1. (Para conhecimento) _____

_____ Foi presente, para conhecimento, o Acordo de Cooperação entre o Município de Alcanena e a GIIA Portugal. _____

_____ Refere a informação que no dia 16 de março de 2026, foi celebrado um Acordo de Cooperação entre o Município de Alcanena e a GIIA Portugal, Lda., representante da Aliança Global de Investimento e Indústria (GIIA). Este acordo tem como objetivo principal a regeneração urbana e o desenvolvimento industrial do concelho de Alcanena, no âmbito do Projeto de Regeneração Urbana e Cooperação Industrial GIIA Portugal. _____

_____ A parceria visa promover iniciativas de renovação urbana sustentável, desenvolvimento de zonas de atividades económicas, captação de investimento internacional, e apoio à instalação de empresas industriais e tecnológicas. O projeto será implementado em três fases, com um investimento estimado de 500 milhões de euros, prevendo-se a criação de mais de 5000 empregos e a instalação de mais de 50 empresas na região. _____

_____ O Município compromete-se a facilitar os processos administrativos e urbanísticos necessários, enquanto a GIIA Portugal será responsável pelo planeamento técnico e estratégico, angariação de capitais privados e promoção da notoriedade internacional de Alcanena como destino de cooperação e investimento. _____

_____ O acordo tem vigência inicial de 15 anos, podendo ser renovado mediante consentimento mútuo. A GIIA Portugal será responsável pela execução do projeto, com sede em Santarém. _____



_____ O **Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que o documento em causa constitui apenas um acordo de boas intenções, não vinculando juridicamente o Município. _____

_____ Referiu que o objetivo do acordo passa essencialmente por acolher potenciais investidores e promover o desenvolvimento de projetos no concelho, assegurando o Município o compromisso de tramitar os respetivos processos de forma eficiente, designadamente através do mecanismo da “Via Verde Investimento”, já aprovado e regulamentado no concelho. _____

_____ O Senhor Presidente salientou que o Município tem vindo a implementar medidas de simplificação e agilização administrativa, dando como exemplo processos recentes de licenciamento que decorreram com elevada celeridade por terem sido instruídos corretamente desde o início. _____

_____ Informou ainda que os serviços municipais estão a desenvolver mecanismos de saneamento liminar dos processos urbanísticos, de forma a evitar sucessivos pedidos de correção ou elementos adicionais, contribuindo assim para reduzir tempos de análise e decisão. _____

_____ Partilhou igualmente alguns indicadores internos relativos aos tempos médios de tramitação processual, referindo que os processos urbanísticos se encontram atualmente a ser analisados com elevada rapidez pelos serviços municipais. Informou que no relatório dos tempos refere que nas mãos do Senhor Vereador Nuno Silva é zero dias, nas mãos do chefe de divisão é em média um dia, e nas mãos de quem tramita os processos são em média oito dias. E os requerentes em média são 19 dias. _____

_____ Esclareceu que o acordo foi apresentado apenas para conhecimento dos vereadores, reiterando tratar-se de um documento sem carácter vinculativo e que não implica quaisquer compromissos financeiros ou jurídicos para o Município. _____

_____ Acrescentou que o parque empresarial de Alcanena se encontra atualmente a despertar interesse junto de diversos investidores internacionais, o que considera positivo para o concelho. _____

_____ Relativamente às obras do parque empresarial, explicou que as mesmas sofreram alguns atrasos devido às condições meteorológicas, designadamente por causa das chuvas intensas e da impossibilidade de realização de trabalhos de aterro. Indicou, contudo, que os trabalhos já retomaram o seu normal andamento e deverão intensificar-se até ao final de abril, prevendo-se que as operações de terraplanagem decorram ao longo do verão e que os primeiros lotes possam estar disponíveis até ao final do ano ou início do próximo. _____



_____ Informou ainda que o Município se encontra a ponderar a colocação de alguns lotes no mercado, incluindo o lote destinado à instalação de uma unidade hoteleira, referindo já existirem manifestações de interesse nesse sentido. _____

_____ Acrescentou que a obra do parque empresarial está a ser financiada através de endividamento municipal, estando o Município na expectativa de poder vir a beneficiar de financiamento complementar, aguardando para o efeito reunião com o novo Presidente da CCDR Centro. _____

_____ O **Senhor Vereador Nuno Silva** tomou a palavra para esclarecer que o documento em causa foi previamente analisado quer pelos serviços técnicos, quer pelos serviços jurídicos do Município. _____

_____ Referiu que o texto inicial foi adaptado de forma a assumir um carácter genérico e não vinculativo, evitando a inclusão de prazos ou compromissos formais específicos. Sublinhou que o acordo apenas prevê o cumprimento da legislação aplicável e a aplicação das regras gerais do programa “Via Verde Investimento”, o qual atribui prioridade à análise de processos de investimento, sem qualquer favorecimento particular relativamente a outros investidores. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** interveio de seguida, referindo que, por um lado, fica mais tranquilo ao perceber que o documento constitui apenas uma carta de intenções sem efeitos vinculativos diretos. Contudo, manifestou simultaneamente algum desagrado relativamente à forma como o processo foi conduzido e comunicado ao executivo. _____

_____ Salientou que está em causa um acordo associado a um investimento anunciado de 500 milhões de euros, considerando tratar-se de uma matéria de grande relevância para o concelho e não de um assunto corrente. _____

_____ Referiu que o acordo foi assinado poucos dias após uma reunião de Câmara realizada na Serra de Santo António, entendendo que o executivo poderia, nessa ocasião, ter sido previamente informado da intenção de celebrar esse protocolo, ainda que apenas como carta de intenções. _____

_____ Manifestou desagrado pelo facto de ter tomado conhecimento do acordo através das redes sociais e não previamente em reunião de Câmara ou na Assembleia Municipal, considerando que tal circunstância revelou falta de consideração institucional para com os vereadores da oposição. _____

_____ Acrescentou que, apesar de o Senhor Presidente ter posteriormente relativizado o alcance do acordo, entende que qualquer protocolo desta dimensão tem relevância política e institucional. _____



_____ Observou igualmente que a empresa GIIA Portugal foi recentemente constituída, com sede em Santarém e um capital social reduzido, o que lhe suscita algumas reservas quanto à dimensão do investimento anunciado, embora tenha ressalvado não colocar em causa a idoneidade ou experiência pessoal dos respetivos responsáveis. _____

_____ Questionou ainda a razão da celeridade na divulgação pública do acordo, entendendo que teria sido preferível uma comunicação prévia aos órgãos autárquicos antes da publicação nas redes sociais. _____

_____ Concluiu afirmando que mantém uma postura construtiva e colaborante no exercício das suas funções enquanto vereador, mas considerou importante expressar o seu desalento relativamente à forma como este processo específico foi comunicado ao executivo municipal. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que, nas entrevistas concedidas na sequência da divulgação do acordo, procurou precisamente moderar as expectativas relativamente aos valores anunciados, referindo que os 500 milhões de euros apresentados constituem apenas uma estimativa indicativa. _____

_____ Sublinhou que o Município não pretende assumir quaisquer compromissos vinculativos neste tipo de processos preliminares, explicando que recebe frequentemente manifestações de interesse e intenções de investimento de diferentes entidades, com valores muito diversos. _____

_____ Referiu que o objetivo do acordo passa apenas por demonstrar abertura institucional à receção de potenciais investidores, permitindo-lhes, numa fase inicial, comprovar a origem dos capitais e perceber as condições existentes no concelho para futuros investimentos. _____

_____ Acrescentou que, apesar da dimensão dos valores anunciados, não existe ainda qualquer investimento concreto, projeto definido ou compromisso materializado, razão pela qual considera prematuro criar expectativas excessivas em torno do protocolo celebrado. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** questionou o Senhor Presidente sobre a forma como atuaria se estivesse na sua posição relativamente a este processo. _____

_____ Em resposta, o **Senhor Presidente da Câmara** afirmou compreender e respeitar a posição manifestada pelo vereador, reiterando, contudo, que este tipo de contactos faz parte do trabalho regular de promoção económica do Município. _____



_____ Explicou que o concelho tem recebido diversas delegações e potenciais investidores internacionais, incluindo empresários chineses e dinamarqueses, no âmbito da estratégia de promoção do parque empresarial de Alcanena. _____

_____ Referiu ainda que o Município mantém contacto permanente com a AICEP e participa em iniciativas de promoção internacional de investimento, nomeadamente através da presença em feiras especializadas como a MIPIM, onde o Médio Tejo tem vindo a marcar presença e onde, futuramente, também a região Oeste e Vale do Tejo deverá promover os seus ativos territoriais. _____

_____ Destacou que Alcanena dispõe de terrenos industriais com forte potencial estratégico, incluindo cerca de 140 hectares disponíveis, dos quais aproximadamente 40 hectares pertencem ao Município, sendo os restantes de propriedade privada. _____

_____ Sublinhou que o trabalho desenvolvido pelo Município consiste essencialmente em promover contactos entre potenciais investidores, proprietários e entidades competentes, procurando criar condições favoráveis à captação de investimento. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** reiterou, contudo, a sua preocupação relativamente ao conteúdo do acordo, designadamente às referências constantes no documento quanto à sua vigência por 15 anos, bem como às menções relativas a futuras contribuições do Município em matéria de infraestruturas e apoio ao projeto. _____

_____ Referiu que, para quem tomou conhecimento do acordo através das redes sociais, o conteúdo do documento poderia suscitar interpretações de maior compromisso por parte do Município. _____

_____ O **Senhor Vereador Nuno Silva** esclareceu, nesse contexto, que a versão final do documento resultou de alterações introduzidas pelos serviços técnicos e jurídicos do Município, tendo sido retiradas referências que poderiam indiciar qualquer tipo de preferência ou privilégio específico relativamente a este investimento. O documento referia dar preferência a esse investimento. Isso foi retirado. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** reconheceu os esclarecimentos prestados, afirmando sentir-se mais tranquilo quanto à inexistência de compromissos vinculativos. Ainda assim, reiterou que a forma como o acordo foi divulgado publicamente lhe causou preocupação e surpresa, atendendo à dimensão dos valores anunciados e à recente constituição da empresa envolvida. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** concluiu esclarecendo que a entidade em causa aparenta integrar investidores de origem chinesa e possuir representação em Portugal, tendo o contacto chegado ao Município através da NERSANT. _____



_____ Reiterou que o Município continuará disponível para acolher potenciais investidores e apoiar iniciativas que possam trazer desenvolvimento económico ao concelho, sublinhando, contudo, que apenas perante investimentos concretos existirão matérias efetivas para apreciação e deliberação por parte dos órgãos municipais. _____

_____ Acrescentou, por fim, que considera positivo o facto de o concelho de Alcanena e a região estarem a despertar crescente interesse junto de investidores nacionais e internacionais. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento da celebração do Acordo de Cooperação entre o Município de Alcanena e a GIIA Portugal, Lda., na qualidade de representante da Aliança Global de Investimento e Indústria (GIIA), o qual foi assinado no dia 16 de março de 2026. _____

_____ **1.4 - Relatório e Contas 2025 RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. Documento ref.ª 7684. Processo ref.ª 2026/300.30.008/7. (Para conhecimento)** _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento do Relatório e Contas do ano de 2025 da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos EIM, S.A. _____

_____ Remeter à Assembleia Municipal, para conhecimento. _____

_____ **1.5 - Relatório e Contas 2025 Tágusgas – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A. Documento ref.ª 7742. Processo ref.ª 2026/300.30.008/5. (Para conhecimento)** _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento do Relatório e Contas do ano de 2025 da Tágusgas – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A. _____

_____ Remeter à Assembleia Municipal, para conhecimento. _____

_____ **1.6 - Prestação Contas 2025 ADIRN – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte. Documento ref.ª 7893. Processo ref.ª 2026/900.20.200/1. (Para conhecimento)** _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento do Relatório da Prestação de Contas do ano de 2025 da ADIRN – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte. _____

_____ Remeter à Assembleia Municipal, para conhecimento. _____

_____ **1.7 - Regulamento Municipal Acreditar Alcanena - Atribuição de Apoio Financeiro Extraordinário às Freguesias - Junta de Freguesia de Bugalhos - Ano 2026. Documento ref.ª 7833. Processo ref.ª 2026/850.10.003.01/1. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a proposta n.º 7833, na qual se informa que, nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei



n.º 75/2013, de 12 de setembro), as transferências financeiras para as freguesias devem ser realizadas com base em acordos de execução, contratos de delegação de competências ou deliberações sobre formas de apoio às freguesias. O Município de Alcanena, no âmbito das suas atribuições de promoção e salvaguarda dos interesses das populações, tem apoiado financeiramente as Juntas de Freguesia, tanto através de acordos de execução como de apoios pontuais, para que estas possam cumprir os seus objetivos, especialmente em situações de caráter imprevisível que exigem uma atuação célere e eficaz. _____

_____ Foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, Parte H, n.º 6, de 09/01/2023, o Regulamento Municipal “Acreditar Alcanena - Atribuição de Apoio Financeiro Extraordinário às Freguesias”, que entrou em vigor a 10 de janeiro de 2023.

_____ No âmbito deste regulamento, a Junta de Freguesia de Bugalhos apresentou uma candidatura devidamente instruída, cumprindo todos os requisitos previstos nos artigos 5.º a 7.º do regulamento. A candidatura tem como objetivo a recuperação e manutenção de parte dos caminhos rurais da freguesia, sendo solicitado um apoio financeiro no valor de 10.000,00€ (dez mil euros). Foram também apresentadas as declarações de não dívida à Segurança Social e à Autoridade Tributária. _____

_____ Após análise, verificou-se que os benefícios da implementação da medida superam largamente os custos, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população e para a concretização dos objetivos estratégicos do Município de Alcanena, que visam torná-lo mais competitivo, sustentável e atrativo para a fixação de pessoas e empresas. _____

_____ O **Senhor Vereador Gabriel Feitor** informou que, no âmbito do regulamento em vigor, foram apresentadas candidaturas por parte da freguesia de Bugalhos e da União de Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro. _____

_____ Acrescentou que este procedimento se enquadra na dinâmica habitual de funcionamento entre o Município e as juntas de freguesia, referindo ainda que algumas juntas optaram por não apresentar candidatura no presente ano, prevendo beneficiar de outros apoios ao abrigo do mesmo regulamento em momento posterior. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovada a candidatura apresentada pela Junta de Freguesia de Bugalhos ao Apoio Financeiro Extraordinário às Freguesias, no valor de 10.000,00€ (dez mil euros), conforme consta no n.º 2, do artigo 8.º, do Regulamento Municipal “Acreditar Alcanena - Atribuição de Apoio Financeiro Extraordinário às Freguesias”, que entrou em vigor no dia 10 de janeiro de



2023, publicado no Diário da República, 2.ª Série, Parte H, n.º 6, de 09/01/2023, edital n.º 46/2023. _____

_____ A comparticipação destina-se à recuperação e manutenção de parte dos caminhos rurais da freguesia. _____

_____ Foi, ainda, aprovada a Minuta de Acordo de Colaboração a ser celebrado para prestação do apoio acima mencionado, ao abrigo do disposto no artigo 11.º, do Regulamento Municipal “Acreditar Alcanena - Atribuição de Apoio Financeiro Extraordinário às Freguesias. _____

_____ Remeter à Assembleia Municipal, para conhecimento, conforme consta no n.º 5, do artigo 8.º, do Regulamento acima mencionado. _____

1.8 - Regulamento Municipal Acreditar Alcanena - Atribuição de Apoio Financeiro Extraordinário às Freguesias - Junta da União de Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro - Ano 2026. Documento ref.ª 7834. Processo ref.ª 2026/850.10.003.01/2. (Para deliberação) _____

_____ Presente à reunião a proposta n.º 7834, na qual se informa que, nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), as transferências financeiras para as freguesias devem ser realizadas com base em acordos de execução, contratos de delegação de competências ou deliberações sobre formas de apoio às freguesias. O Município de Alcanena, no âmbito das suas atribuições de promoção e salvaguarda dos interesses das populações, tem apoiado financeiramente as Juntas de Freguesia, tanto através de acordos de execução como de apoios pontuais, para que estas possam cumprir os seus objetivos, especialmente em situações de caráter imprevisível que exigem uma atuação célere e eficaz. _____

_____ Foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, Parte H, n.º 6, de 09/01/2023, o Regulamento Municipal “Acreditar Alcanena - Atribuição de Apoio Financeiro Extraordinário às Freguesias”, que entrou em vigor a 10 de janeiro de 2023.

_____ No âmbito deste regulamento, a União das Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro apresentou uma candidatura devidamente instruída, cumprindo todos os requisitos previstos nos artigos 5.º a 7.º do regulamento. A candidatura tem como objetivo colocar piso sintético no campo de futsal do Malhou e substituir as portas e janelas do lagar do Malhou, sendo solicitado um apoio financeiro no valor de 30.000,00€ (trinta mil euros). Foram também apresentadas as declarações de não dívida à Segurança Social e à Autoridade Tributária. _____

_____ Após análise, verificou-se que os benefícios da implementação da medida superam largamente os custos, contribuindo para a melhoria das condições de vida da



população e para a concretização dos objetivos estratégicos do Município de Alcanena, que visam torná-lo mais competitivo, sustentável e atrativo para a fixação de pessoas e empresas. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovada a candidatura apresentada pela União das Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro, no valor de 30.000,00€ (trinta mil euros), conforme consta no n.º 2, do artigo 8.º, do Regulamento Municipal “Acreditar Alcanena - Atribuição de Apoio Financeiro Extraordinário às Freguesias”, que entrou em vigor no dia 10 de janeiro de 2023, publicado no Diário da República, 2.ª Série, Parte H, n.º 6, de 09/01/2023, edital n.º 46/2023. _____

_____ A comparticipação destina-se a colocar piso sintético no campo de futsal do Malhou e substituir as portas e janelas do lagar do Malhou. _____

_____ Foi, ainda, aprovada a Minuta de Acordo de Colaboração a ser celebrado para prestação do apoio acima mencionado, ao abrigo do disposto no artigo 11.º, do Regulamento Municipal “Acreditar Alcanena - Atribuição de Apoio Financeiro Extraordinário às Freguesias. _____

_____ Remeter à Assembleia Municipal, para conhecimento, conforme consta no n.º 5, do artigo 8.º, do Regulamento acima mencionado. _____

_____ **2 – DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL, GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL** _____

_____ **2.1 - Venda de lotes da Zona industrial de Minde por acordo direto - Comissão para conduzir os processos de negociação, verificar as condições de aquisição e aplicar os critérios de seleção. Documento ref.ª 7128. Processo ref.ª 2022/100.10.200/8. (Para deliberação)** _____

_____ Foi presente a proposta referência 7128, relativa ao processo de alienação de lotes da Zona Industrial de Minde, recordando-se que a Câmara Municipal, em reunião de 7 de fevereiro de 2022, deliberou submeter à Assembleia Municipal a autorização para a alienação de lotes por acordo direto, bem como a constituição da comissão prevista no Regulamento aplicável. A Assembleia Municipal aprovou a proposta em sessão de 25 de fevereiro de 2022. _____

_____ Posteriormente, foi ainda deliberado permitir a associação de lotes, tendo a proposta sido aprovada pela Câmara Municipal em 19 de setembro de 2022 e, subsequentemente, pela Assembleia Municipal em 26 de setembro de 2022. _____

_____ Nos termos do Regulamento para a Alienação de Lotes da Zona Industrial de Minde, publicado em Diário da República, é admissível a aquisição de mais do que um lote, mediante autorização da Câmara Municipal. Encontra-se atualmente



disponível para alienação um conjunto alargado de lotes, sendo necessário assegurar a celeridade dos procedimentos, de modo a responder às manifestações de interesse existentes. _____

_____ Verificou-se ainda que a composição da comissão de negociação carece de atualização, em virtude da saída de um dos seus membros, o que tem dificultado o seu regular funcionamento, justificando-se o reforço e reajuste da respetiva composição. _____

_____ Assim, propõe-se a alteração da composição da comissão prevista no artigo 6.º do Regulamento, mantendo como Presidente o Vereador em regime de permanência, Nuno Miguel Costa Silva, e designando como vogais efetivos Nídia Anacleto Brígida e Ana Cristina dos Santos Lousadas, e como vogais suplentes Sérgio Silva Simões, Joana Nunes e Silva e Ana Cristina dos Santos Vilaverde Carneiro, prevendo-se a possibilidade de substituição em caso de impedimento, por despacho do Presidente da Câmara. Mais se propõe a submissão do assunto à Assembleia Municipal para conhecimento. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovada a alteração da composição da comissão prevista no artigo 6.º do Regulamento para a Alienação de Lotes da Zona Industrial de Minde, mantendo como Presidente o Vereador em regime de permanência, Nuno Miguel Costa Silva, e designando como vogais efetivos Nídia Anacleto Brígida e Ana Cristina dos Santos Lousadas, e como vogais suplentes Sérgio Silva Simões, Joana Nunes e Silva e Ana Cristina dos Santos Vilaverde Carneiro, prevendo-se a possibilidade de substituição em caso de impedimento, por despacho do Presidente da Câmara. _____

_____ Deliberado ainda submeter à Assembleia Municipal, para conhecimento. _____

_____ **2.1 - SUBUNIDADE DE GESTÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E CONTROLO ORÇAMENTAL** _____

_____ **2.1.a - Alteração 8 ao Orçamento e 7 às Grandes Opções do Plano de 2026. Documento ref.ª 6456. Processo ref.ª 2026/350.10.001/1. (Para conhecimento)** _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** deu conhecimento da listagem. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento da Alteração número oito ao Orçamento e sete às Grandes Opções do Plano - Ano de dois mil e vinte e seis. _____

_____ **2.1.b - Alteração 9 ao Orçamento e 8 às Grandes Opções do Plano de 2026. Documento ref.ª 7168. Processo ref.ª 2026/350.10.001/1. (Para conhecimento)** _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** deu conhecimento da listagem. _____



_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento da Alteração número nove ao Orçamento e oito às Grandes Opções do Plano - Ano de dois mil e vinte e seis. _____

_____ **2.1.c - Posição dos Cabimentos, Compromissos, Ordens de Pagamento e Pagamentos - Período de 07 a 27 de março de 2026. Documento ref.ª 7748. Processo ref.ª 2026/300.50.400/1. (Para conhecimento)** _____

_____ O Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento da listagem. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento da Posição dos Cabimentos, Compromissos, Ordens de Pagamento e Pagamentos, no período de sete a vinte e sete de março de dois mil e vinte e seis. _____

_____ **2.1.d - Resumo Diário de Tesouraria do dia útil anterior à presente reunião. (Para conhecimento)** _____

_____ Presente à reunião o Resumo Diário de Tesouraria, datado de dois de abril de dois mil e vinte e seis, o qual acusa um saldo de 2.428.802,47€ (dois milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, oitocentos e dois euros e quarenta e sete centimos), sendo 1.547.293,96€ (um milhão, quinhentos e quarenta e sete mil, duzentos e noventa e três euros e noventa e seis centimos) de operações orçamentais e 881.508,51€ (oitocentos e oitenta e um mil, quinhentos e oito euros e cinquenta e um centimos) de operações não orçamentais. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento do Resumo Diário de Tesouraria, datado de dois de abril de dois mil e vinte e seis, o qual acusa um saldo de 2.428.802,47€ (dois milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, oitocentos e dois euros e quarenta e sete centimos), sendo 1.547.293,96€ (um milhão, quinhentos e quarenta e sete mil, duzentos e noventa e três euros e noventa e seis centimos) de operações orçamentais e 881.508,51€ (oitocentos e oitenta e um mil, quinhentos e oito euros e cinquenta e um centimos) de operações não orçamentais. _____

_____ **3 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL** _____

_____ **3.1 - Pedido de Parceria no âmbito de candidatura ao Portugal Inovação Social – Smiledog. Documento ref.ª 7662. Processo ref.ª 2026/300.30.008/3. (Para ratificação)** _____

_____ Foi presente a informação referência 7662, relativa ao projeto desenvolvido pela empresa Smiledog, entidade que atua na área das intervenções assistidas por cães, promovendo o bem-estar, a inclusão e o desenvolvimento, designadamente em contexto educativo. O projeto “Smiledog nas Escolas” assenta em intervenções dirigidas a crianças, com enfoque no desenvolvimento de competências socioemocionais e no apoio a alunos com necessidades específicas, encontrando-se



atualmente a abranger cerca de 12 crianças no concelho, no âmbito do PEDIME – Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação no Médio Tejo. _____

_____Atendendo à limitação temporal do financiamento atualmente em vigor e à relevância do projeto no contexto educativo local, a entidade manifestou interesse em submeter candidatura ao aviso “Parcerias para a Inovação Social”, no âmbito do Portugal 2030, solicitando ao Município a sua participação enquanto investidor social, mediante compromisso de cofinanciamento. _____

_____Considerando a crescente necessidade de respostas diferenciadas no apoio a crianças com necessidades educativas específicas, bem como a existência de unidades de ensino estruturado no Agrupamento de Escolas de Alcanena, o Município entendeu associar-se à candidatura, prevendo um investimento global de 21.000,00€ (vinte e um mil euros), a distribuir entre os anos de 2027 e 2029, condicionado à aprovação da mesma. _____

_____Mais se informa que, face ao prazo limite de candidatura e ao caráter urgente do assunto, a respetiva Carta de Compromisso foi submetida atempadamente, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, encontrando-se o ato sujeito a ratificação pela Câmara Municipal. _____

_____A **Senhora Vereadora Clara Baptista** esclareceu que a iniciativa em causa se destina a crianças com necessidades educativas especiais, cujo número tem vindo a aumentar no Agrupamento de Escolas de Alcanena. _____

_____Referiu que a intervenção teve início no presente mês, no âmbito das unidades de ensino estruturado existentes, sendo inicialmente financiada através do programa PEDIME. Contudo, foi posteriormente proposta ao Município a integração como parceiro numa candidatura ao programa “Inovação Mais”, mediante o compromisso de contratação dos serviços por um período de três anos, caso a candidatura venha a ser aprovada. _____

_____Explicou que, nesta modalidade, será possível assegurar o acompanhamento de um número de crianças significativamente superior, mantendo o mesmo montante financeiro atualmente adjudicado para um período de cinco meses, o que representa uma otimização dos recursos disponíveis. _____

_____A Senhora Vereadora sublinhou ainda a importância de garantir a continuidade dos projetos de intervenção, considerando que iniciativas de curta duração comprometem a eficácia do acompanhamento das crianças. Nesse sentido, referiu ter defendido a necessidade de assegurar a manutenção deste apoio por um período mínimo de três anos, seja através do PEDIME, seja por via da referida candidatura. _____



_____ A **Senhora Vereadora Gorete Santos** questionou se, em caso de aprovação da candidatura, o Município beneficiaria de uma comparticipação de 50%. _

_____ Em resposta, a **Senhora Vereadora Clara Baptista** esclareceu que, nas condições propostas, será possível duplicar o número de crianças abrangidas pelo mesmo valor atualmente previsto no âmbito do PEDIME, correspondente a cerca de 7.000,00€ (sete mil euros) anuais, perfazendo um total de 21.000,00€ (vinte e um mil euros) para o período de três anos. _____

_____ Acrescentou que o financiamento do PEDIME se encontra assegurado até 2028, permitindo assim garantir a continuidade do acompanhamento das crianças durante esse período. _____

_____ Salientou, por fim, a importância de evitar interrupções nos serviços prestados, dando como exemplo a situação verificada na área da terapia da fala, em que a ausência de continuidade prejudicou o acompanhamento de crianças com necessidades urgentes, defendendo que este tipo de apoio deve ser assegurado de forma estável e continuada. _____

_____ Informou ainda que o prazo para submissão da candidatura terminou no dia 31 de março. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Ratificado o ato praticado pelo Senhor Presidente da Câmara, a 25-03-2026, relativo à submissão da Carta de Compromisso de Investimento Social no âmbito da candidatura “Parcerias para a Inovação Social”. _____

_____ Mais se deliberou aprovar a participação do Município como investidor social no projeto Smiledog, nos termos propostos na informação n.º 7662. _____

_____ **3.2 - Atribuição de habitações reabilitadas das Paróquias de Alcanena e de Minde - arrendamento apoiado. Documento ref.ª 8002. Processo ref.ª 2026/650.10.105/1. (Para deliberação)** _____

_____ Foi presente a proposta referência 8002, relativa à conclusão das obras de reabilitação dos Bairros das Paróquias de Alcanena e de Minde, previstas para o mês de junho de 2026, no âmbito da empreitada financiada pelo Programa de Apoio ao Acesso à Habitação. _____

_____ Após a intervenção, verifica-se a existência de fogos disponíveis para atribuição, mantendo-se o direito ao realojamento dos agregados anteriormente residentes, nos termos dos respetivos acordos de realojamento temporário celebrados. _____

_____ Considerando a disponibilidade de habitações e nos termos do Regulamento de Atribuição e Gestão das Habitações Sociais em Regime de Renda Apoiada do Município de Alcanena, torna-se necessário proceder à abertura de



procedimento para atribuição dos fogos remanescentes, definindo os respetivos termos, condições de acesso, critérios de seleção e demais elementos procedimentais. _____

_____ Paralelamente, prevê-se a celebração de contratos de arrendamento apoiado com os agregados familiares identificados, em cumprimento dos compromissos anteriormente assumidos pelo Município. _____

_____ Mais se propõe a aprovação da constituição do júri do procedimento, bem como da minuta dos contratos a celebrar, ficando o valor das rendas a definir em momento posterior, nos termos legais aplicáveis. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** interveio para, sem colocar em causa o sentido de voto, questionar a existência de algumas habitações ainda disponíveis, procurando esclarecer se tal situação se devia à ausência de candidaturas ou à preparação de um novo procedimento. _____

_____ Em resposta, a **Senhora Vereadora Clara Baptista** esclareceu que os fogos atualmente vagos serão objeto de procedimento concursal, nos termos das regras em vigor. _____

_____ Acrescentou que os compromissos existentes, nomeadamente com a paróquia e com os atuais ocupantes, estão a ser cumpridos, referindo que, no caso de Minde, os munícipes atualmente instalados em soluções provisórias — designadamente nos contentores junto ao parque desportivo — serão realojados nas habitações já concluídas. _____

_____ Informou ainda que os restantes fogos disponíveis serão posteriormente colocados a concurso, de acordo com os critérios estabelecidos. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovado todo o proposto na proposta referência 8002, constante do processo referência 2026/650.10.105/1, nomeadamente: _____

_____ 1 - Autorizada a Abertura de Procedimento para atribuição de habitações sociais em Alcanena e em Minde, após reabilitação, ao abrigo do Regulamento de Atribuição e Gestão das Habitações Sociais em Regime de Renda Apoiada do Município de Alcanena, publicado em DR 2.ª Série, Parte H, n.º 218, de 10 de novembro de 2021, para as habitações disponíveis após a ocupação dos fogos com os agregados anteriormente residentes nos respetivos bairros; _____

_____ 2 - Aprovados os prazos do procedimento, nomeadamente: _____

Prazo de Candidaturas	30 dias úteis
Avaliação da Instrução	Até ao 10.º dia útil após o final do prazo de



	candidaturas
Junção de Elementos	Até ao 5.º dia útil após a notificação para junção de elementos
Avaliação das Candidaturas	Até ao 10.º dia útil após junção de elementos
Lista Provisória	
Audiência Prévia	Até ao 10.º dia útil após a notificação da Lista Preliminar
Avaliação da Audiência Prévia	Até ao 5.º dia útil após o final do prazo de audiência prévia
Lista Definitiva	

_____ 3 - Regime do arrendamento: Renda apoiada; _____

_____ 4 - Critérios de acesso ao concurso e, se for o caso, de hierarquização e de ponderação das candidaturas: ao abrigo do Regulamento de Atribuição e Gestão das Habitações Sociais em Regime de Renda Apoiada do Município de Alcanena; _____

_____ 5 - Datas de abertura e encerramento do concurso e prazo de validade: de 20 de abril a 02 junho 2026, com validade de 6 meses; _____

_____ 6 - Local e horário para consulta do programa do concurso e para obtenção de esclarecimentos: - Serviço de Ação Social do Município de Alcanena – Rua Calouste Gulbenkian n.º 60, 2380-069 Alcanena, segundas, terças, quintas e sextas-feiras das 09H00 às 12H30 e das 14H00 às 16H00 e quartas-feiras, das 9H00 às 18H30; _____

_____ 7 - Local e forma de proceder à apresentação da candidatura: Serviço de Ação Social do Município de Alcanena – Rua Calouste Gulbenkian n.º 60, 2380-069 Alcanena, segundas, terças, quintas e sextas-feiras das 09H00 às 12H30 e das 14H00 às 16H00 e quartas-feiras, das 9H00 às 18H30; _____

_____ 8 - Local e forma de divulgação da lista definitiva dos candidatos apurados: publicação digital no sítio da internet do Município (www.cm-alcanena.pt) e afixação de listas em papel no Edifício da Ação Social do Município, Rua Calouste Gulbenkian, n.º 60, em Alcanena e Edifício dos Paços do Concelho, Praça 8 de Maio, em Alcanena; _____

_____ 9 - Designados, como membros do Júri do Procedimento, os seguintes trabalhadores: _____

_____ Presidente – Isabel Cristina Ferreira Carvalho, Chefe da DDHS – Divisão de Desenvolvimento Humano e Social; _____



_____ Primeiro Vogal efetivo – Ana Maria Picado Ferreira Inácio Santos Rosa, Técnica Superior da DDHS – Divisão de Desenvolvimento Humano e Social, que substituirá a presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos; _____

_____ Segundo Vogal efetivo – Melissa Faria Frazão, Técnica Superior da DDHS – Divisão de Desenvolvimento Humano e Social; _____

_____ Primeiro Vogal suplente – Teresa Isabel Barrambana Ramos, Técnica Superior da DDHS – Divisão de Desenvolvimento Humano e Social; _____

_____ Segundo Vogal suplente – Fernando Marques Tomás, Chefe da DPGOM – Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais. _____

_____ 10 - Autorizada a celebração de contrato de arrendamento nos Bairros da Paróquia de Alcanena e da Paróquia de Minde, respetivamente, nos termos do Regulamento de Atribuição e Gestão das Habitações Sociais em Regime de Renda Apoiada do Município de Alcanena aos agregados familiares identificados no ponto 3 da proposta. _____

_____ 11 - Aprovada a minuta dos contratos de arrendamento e demais condições associadas anexa à referida proposta n.º 8002, ficando o valor das rendas a definir em momento posterior, de acordo com a legislação em vigor. _____

_____ 3.3 - Retorno de moradores após 2.ª fase obras de requalificação do Bairro Timor. Documento ref.ª 7990. Processo ref.ª 2025/300.50.201/1. (Para deliberação) _____

_____ Foi presente a informação referência 7990, relativa à conclusão da segunda fase das obras de reabilitação e melhoria da eficiência energética do Bairro Timor Lorosae, em Alcanena, com término previsto para o final de junho de 2026. _____

_____ No âmbito do processo de realojamento e tendo em conta as reuniões realizadas com os inquilinos, foi efetuada a análise de pedidos de mudança de habitação, visando a adequação das tipologias aos agregados familiares e a otimização do parque habitacional municipal, nos termos do Regulamento de Atribuição e Gestão das Habitações Sociais em Regime de Renda Apoiada do Município de Alcanena, e ao abrigo do disposto no artigo 25.º do mesmo regulamento.

_____ Foi ainda considerada a necessidade de dar cumprimento às obrigações decorrentes do financiamento pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e União Europeia, nomeadamente através da inclusão de cláusula específica nos contratos de arrendamento, relativa ao conhecimento do apoio financeiro concedido. _____

_____ Neste contexto, propõe-se a definição das condições de retorno dos inquilinos, incluindo a ocupação das habitações, a aprovação dos valores de renda, da minuta do contrato de arrendamento em regime de renda apoiada, bem como a



isenção do pagamento de caução nos casos de manutenção ou transferência de habitação, por já ter sido anteriormente prestada. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** questionou se a situação em análise estaria relacionada com os constrangimentos anteriormente referidos pela empresa Tecnorém, nomeadamente no que respeita ao atraso das obras devido à existência de moradores nos locais intervencionados. _____

_____ Em resposta, a **Senhora Vereadora Clara Baptista** confirmou que as situações estão interligadas, esclarecendo que os atrasos resultam de diversos fatores. Por um lado, referiu que nem sempre os módulos habitacionais são entregues totalmente concluídos, carecendo ainda de intervenções ou de ligações essenciais, como contratos de fornecimento de energia. Por outro lado, salientou que o processo de realojamento não pode ser efetuado de forma imediata, o que condiciona a libertação dos espaços necessários ao avanço das obras. _____

_____ Informou ainda que, entretanto, a empresa Tecnorém manifestou disponibilidade para colaborar no processo de realojamento, tendo proposto a disponibilização de dois módulos adicionais, com o objetivo de recuperar algum atraso na execução da empreitada. _____

_____ Acrescentou que se encontra em curso um processo de articulação com os municípios a realojar, estando a ser realizadas reuniões individuais com os mesmos, com vista à seleção das soluções de alojamento mais adequadas, entre as opções disponíveis. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** complementou, referindo que os atrasos registados se devem também ao facto de as habitações atualmente em construção não estarem ainda concluídas, o que tem dificultado o encadeamento das fases da obra. Explicou que o Município se encontra a procurar agilizar o processo, nomeadamente através da sobreposição de fases da empreitada, de modo a permitir o avanço da quarta fase enquanto a terceira ainda se encontra em execução. _____

_____ Salientou ainda que as intervenções possíveis de realizar sem necessidade de realojamento já se encontram concluídas, incluindo trabalhos ao nível das estruturas e coberturas dos edifícios. _____

_____ A **Senhora Vereadora Clara Baptista** concluiu informando que serão realizadas reuniões individuais com os moradores, com o objetivo de identificar, entre as soluções disponíveis, aquela que melhor se adequa a cada situação. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovados os termos propostos na informação n.º 7990 referente ao retorno dos inquilinos ao Bairro Timor Lorosae,



após a 2.ª fase de obras de requalificação do Bairro Timor Lorosae, em Alcanena, designadamente: _____

_____ 1 - A ocupação das habitações e os valores das rendas indicadas na tabela da referida informação; _____

_____ 2 - A minuta dos contratos de arrendamento, conforme o regime de arrendamento apoiado (de acordo com a lei n.º 81/2014 de 19 de dezembro – com as alterações introduzidas pela lei n.º 32/2016 de 24 de agosto), incluindo a cláusula relativa ao financiamento pelo PRR e União Europeia; _____

_____ 3 - Isentar os/as inquilinos/as do pagamento da caução prevista no artigo 8.º da minuta de contrato ora aprovada, nos casos em que tal se mostre aplicável. _____

_____ **4 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E URBANISMO** _____

_____ **4.1 - Processo de Obras n.º 107/2023, de Emídio Gonçalves Martins & Filhos, Lda., para legalização de uma unidade fabril, no prédio urbano situado na Rua dos Penedos, em Vila Moreira, da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira (para deliberação – declaração de caducidade da aprovação da arquitetura)** _____

_____ Presente, novamente, o Processo de Obras número cento e sete/dois mil e vinte e três, de Emídio Gonçalves Martins & Filhos, Limitada, com referência ao pedido de licenciamento para legalização de uma unidade fabril, nos prédios urbanos situado na Rua dos Penedos, número trezentos e sessenta e três, em Vila Moreira, da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira, inscritos na matriz sob o artigos dois mil oitocentos e sessenta-P e dois mil oitocentos e sessenta e um-P, e descritos na Conservatória do Registo Predial de Alcanena sob os números mil e noventa e nove e mil e noventa e cinco, respetivamente, para o qual foi, por despacho de vinte e nove de julho de dois mil e vinte e quatro, aprovado o projeto de arquitetura, tendo a firma requerente sido notificada, através do ofício número dois mil e vinte e quatro/três mil quatrocentos e trinta e oito, de trinta e um de julho de dois mil e vinte e quatro, para, no prazo de seis meses, apresentar os projetos das especialidades, findo o qual implicava a caducidade da aprovação do projeto de arquitetura, nos termos do número seis do artigo vigésimo do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro, na sua redação atual. _____

_____ Este processo já foi presente à reunião da Câmara Municipal de dezanove de janeiro de dois mil e vinte e seis, tendo sido deliberado informar a firma requerente que era intenção desta Câmara Municipal declarar a caducidade da aprovação do projeto de arquitetura referente ao Processo de Obras número cento e sete/dois mil e vinte e três, nos termos do número seis do artigo vigésimo do Decreto-Lei número



quinientos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro, na sua atual redação, bem como o seu arquivamento, por não terem sido apresentados os projetos das especialidades no prazo legalmente fixado para o efeito. _____

_____ Mais, foi deliberado informar a firma requerente de que, caso tivesse algo a argumentar ou a expor ao decidido, apresentasse, por escrito, em sede de audiência prévia, no prazo de dez dias, contados a partir da data de depósito da notificação, exposição acerca daquela decisão. _____

_____ Desta deliberação foi dado conhecimento à firma requerente, através do ofício número quatrocentos e cinquenta e um, de vinte e oito de janeiro de dois mil e vinte e seis, não tendo a mesma apresentado, dentro do prazo que lhe foi estipulado e em sede de audiência prévia, qualquer exposição sobre o assunto. _____

_____ Em vinte e cinco de março de dois mil e vinte e seis, O Chefe da Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Urbanismo, na sequência da informação técnica registada sob o número sete mil trezentos e sessenta e três, de vinte e cinco de março de dois mil e vinte e seis, informou na movimentação do Requerimento número quatrocentos e treze/dois mil e vinte e três, o que a seguir se transcreve: _____

_____ “Concordo com a informação da Divisão de Desenvolvimento sustentável e Urbanismo - Urbanismo. _____

_____ Em face do exposto, propõe-se: _____

_____ 1 - Declarar a caducidade do presente processo, tendo em conta que foi ultrapassado o prazo de dez dias, sem apresentação de argumentação. Conforme deliberado em Reunião de Câmara; _____

_____ 2 - Notificar o requerente para no prazo de sessenta dias, proceder à reposição da legalidade urbanística, nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e edificação, com a necessária verificação por parte da fiscalização municipal; _____

_____ 3 - Remeter o processo para fiscalização municipal para cumprimento do ponto dois e para verificação de atividade industrial no local, uma vez que a firma Emídio Gonçalves Martins & Filhos, Limitada, detém o Título de Exploração número dois mil duzentos e dezassete/dois mil e treze, emitido em cinco de março de dois mil e treze e Número Único de Estabelecimento Industrial número catorze zero dois zero zero zero quinhentos e noventa e oito, no âmbito do Sistema de Indústria Responsável. A confirmar-se a inatividade industrial no local, será declarada a cessação do Título de Exploração.” _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Declarar a caducidade da aprovação do projeto de arquitetura referente ao Processo de Obras número cento e sete/dois mil e vinte e três, nos termos do número seis do artigo vigésimo do Decreto-



Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro, na sua redação atual, bem como o seu arquivamento, por não terem sido apresentados os projetos das especialidades no prazo legalmente fixado para o efeito.

_____ Notificar a firma requerente para, no prazo de sessenta dias, proceder à reposição da legalidade urbanística, nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, com a necessária verificação por parte da fiscalização municipal. _____

_____ Remeter o processo para fiscalização municipal para cumprimento do referido anteriormente e para verificação da atividade industrial no local, uma vez que a firma Emídio Gonçalves Martins & Filhos, Limitada, detém um Título de Exploração e Número Único de Estabelecimento Industrial, no âmbito do Sistema de Indústria Responsável. _____

_____ Deliberado ainda que, no caso de ser confirmada a inatividade industrial no local, deverá ser declarada a cessação do Título de Exploração número dois mil duzentos e dezassete/dois mil e treze. _____

_____ 4.2 - Processo de Obras n.º 115/2023, de Tânia Alexandra Nascimento Coelho e Vasile Popovici, para construção de uma habitação unifamiliar e muro de vedação, no prédio urbano situado na Chousa do Caminho - Malhou, da União das Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro (para deliberação – caducidade da aprovação do licenciamento) _____

_____ Presente o Processo de Obras número cento e quinze/dois mil e vinte e três, de Tânia Alexandra Nascimento Coelho e Vasile Popovici, com referência ao pedido de licenciamento construção de uma habitação unifamiliar e muro de vedação, no prédio urbano situado Chousa do Caminho, Malhou, da União das Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro, inscrito na matriz predial sob o artigo mil novecentos e vinte e cinco-P, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcanena sob o número mil quatrocentos e cinquenta e nove, para o qual foi, por despacho de seis de agosto de dois mil e vinte e quatro, aprovado o licenciamento, tendo os requerentes sido notificados, através do ofício número dois mil e vinte e quatro/quatro mil quinhentos e cinquenta e quatro, de dezasseis de outubro de dois mil e vinte e quatro, para, no prazo de um ano, proceder ao pagamento das taxas devidas e apresentar os documentos indicados, para efeitos de emissão do título para a respetiva operação urbanística, sob pena do ato de aprovação caducar, nos termos do artigo septuagésimo primeiro do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro, na sua redação atual. _____



_____ Em dezanove de março de dois mil e vinte e seis a Fiscalização Municipal emitiu a Informação Auxiliar número seis mil novecentos e vinte e um, que a seguir se transcreve: _____

_____ “1. Descrição _____

_____ A requerente, Tânia Alexandra Nascimento Coelho, residente na Travessa da Bâcora, número dois, na localidade de Torres Novas, submeteu e comunicou previamente a realização de obras de edificação no lugar de Chousa do Caminho, pertencente à União de Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro. _____

_____ A pretensão consistia na construção de uma moradia unifamiliar e respetivo muro de vedação. _____

_____ Considerando que o pedido foi deferido em seis de agosto de dois mil e vinte e quatro, e tendo decorrido o prazo de um ano sem que a requerente tenha procedido ao pagamento das taxas devidas para o início das obras, foi solicitada à fiscalização municipal a verificação da eventual execução dos trabalhos no local, com vista à eventual declaração de caducidade do processo. _____

_____ 2. Pressupostos _____

_____ Na sequência da ação de fiscalização realizada ao local acima identificado, constatou-se que não foram iniciados quaisquer trabalhos de edificação associados ao processo em apreço. O terreno correspondente ao artigo matricial urbano número mil novecentos e vinte e cinco apresenta-se inalterado, não evidenciando sinais de movimentações de terras, implantação de estruturas, estaleiro de obra, ou quaisquer outros indícios que permitam deduzir o início da execução da operação urbanística aprovada. _____

_____ Verificou-se, igualmente, a inexistência de materiais de construção, equipamentos ou delimitações físicas que indiciem a preparação ou o arranque iminente da obra. _____

_____ 3. Conclusão _____

_____ Face aos factos apurados e à análise do processo, verifica-se o incumprimento do prazo legal para o início da obra, bem como a ausência do pagamento das taxas. Assim, conclui-se que, até à presente data, não foi dado cumprimento ao início dos trabalhos dentro do prazo legalmente estabelecido. _____

_____ Nestes termos, julga-se estarem reunidos os pressupostos para a declaração de caducidade da operação urbanística, correspondente ao processo de obras número zero um/dois mil e vinte e três/cento e quinze. _____

_____ À consideração superior.” _____



_____ Em dezanove de março de dois mil e vinte e seis, o Chefe da Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Urbanismo emitiu a informação técnica registada sob o número seis mil novecentos e cinquenta e sete, que a seguir se transcreve: _____

_____ “Acusa-se a receção da informação da Fiscalização Municipal que abaixo se transcreve a conclusão: _____

_____ «Face aos factos apurados e à análise do processo, verifica-se o incumprimento do prazo legal para o início da obra, bem como a ausência do pagamento das taxas. Assim, conclui-se que, até à presente data, não foi dado cumprimento ao início dos trabalhos dentro do prazo legalmente estabelecido. _____

_____ Nestes termos, julga-se estarem reunidos os pressupostos para a declaração de caducidade da operação urbanística, correspondente ao processo de obras número zero um/dois mil e vinte e três/cento e quinze.» _____

_____ Em face do exposto, julga-se estarem reunidos os pressupostos para a declaração de caducidade da operação urbanística, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.” _____

_____ O referido Processo de Obras é presente à reunião da Câmara Municipal, a fim de ser declarada a respetiva caducidade e o seu arquivamento, por não terem sido pagas as taxas devidas e apresentados os documentos necessários para emissão do título para a operação urbanística, no prazo estipulado para o efeito. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Informar os requerentes de que é intenção desta Câmara Municipal declarar a caducidade da aprovação do licenciamento referente ao Processo de Obras número cento e quinze/dois mil e vinte e três, bem como o seu arquivamento, nos termos do artigo septuagésimo primeiro do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro, na sua atual redação, por não terem sido pagas as taxas devidas e apresentados os documentos necessários para emissão do título para a operação urbanística, no prazo estipulado para o efeito. _____

_____ Mais, foi deliberado informar os requerentes de que, caso tenham algo a argumentar ou a expor ao acabado de decidir, apresentem, por escrito, no prazo de dez dias, contados da data de depósito da respetiva notificação, em sede de audiência prévia, exposição acerca da presente decisão, findo o qual será declarada a caducidade da aprovação do licenciamento, nos termos da legislação mencionada. _____

_____ **4.3 - Requerimento n.º 202516602, de Cabeça de Casal da Herança de João Conceição, para destaque de uma parcela de terreno do prédio misto**



situado em Casal da Azinheira ou Cova da Azinheira – Alcanena, da extinta freguesia de Alcanena (para deliberação – destaque de parcela de terreno) _____

_____ Presente o requerimento registado sob o número dois mil e vinte e cinco/dezasseis mil seiscentos e dois, de Cabeça de Casal da Herança de João Conceição, com referência ao pedido de destaque de uma parcela de terreno com a área de quinhentos e dez vírgula setenta metros quadrados, a destacar do prédio misto situado em Casal da Azinheira ou Cova da Azinheira, em Peral - Alcanena, da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira, inscrito atualmente na matriz sob os artigos mil (urbano) e cento e oitenta e nove, da Secção E (rústico), e descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcanena sob o número mil seiscentos e dois, com a área total de dois mil e novecentos metros quadrados, composto por solo subjacente, cultura arvense, olival e figueiras e casa de rés-do-chão, para habitação, a confrontar do Norte com João Conceição; do Sul com António Santos Trindade; do Nascente com caminho e do poente com Manuel Santos Neto. _____

_____ Em três de março de dois mil e vinte e seis o Chefe da Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Urbanismo emitiu a informação técnica registada sob o número cinco mil quatrocentos e trinta e sete, que a seguir se transcreve: _____

_____ “Acusa-se a receção de junção de elementos para cumprimento do determinado no nosso O requerente entrega esclarecimentos, para dar cumprimento ao ofício número quinhentos e trinta e dois datado a três de fevereiro de dois mil e vinte e seis. - Memória descritiva – segundo aditamento. _____

_____ «NOTA EXPLICATIVA _____

_____ Em resposta ao solicitado o ofício número quinhentos e trinta e dois datado de três de março de dois mil e vinte e seis, junto se remetem os seguintes esclarecimentos: _____

_____ - O atual pedido de destaque de parcela figura-se essencial para a atualização correta das áreas das devidas parcelas; _____

_____ - Os requerentes de ambas as parcelas estão cientes e informadas da intenção de prolongamento do arruamento que se encontra interrompido no estabelecimento comercial LIDL, que irá colidir com as parcelas; _____

_____ - A parcela remanescente não irá sofrer alterações ou novas construções. Pretende-se este acerto de áreas proveniente do destaque, para que posteriormente se possa proceder à devida regularização da moradia junto dos serviços camarários; _____

_____ - Após o processo de destaque estar concluído, a parcela a destacar será unificada ao artigo matricial confinante pelo que no futuro não existirão condicionamentos à sua manutenção, apresentando uma configuração adequada.» _____



_____ Cumpre-me informar: _____

_____ Trata-se do pedido de certidão de destaque de parcela ao abrigo do número quatro do artigo sexto do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, com área de quinhentos e dez vírgula setenta metros quadrados e área sobrance de dois mil trezentos e oitenta e nove vírgula vinte metros quadrados resultante do prédio inscrito na matriz rústica sob o artigo cento e oitenta e nove-E, com área total de dois mil e novecentos metros quadrados. _____

_____ Contudo, o somatório da área destacada e sobrance nas peças escritas foi corrigido, estando por isso, reunidas a condições para a emissão de certidão de destaque de parcela, nos termos das alíneas a) e b) número quatro do artigo sexto do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação. _____

_____ Não obstante, a parcela identificada como de remanescente colidir com o prolongamento do arruamento, que se encontra interrompido no estabelecimento comercial Lidl, e uma vez que o Requerente esclarece está ciente e informado da referida intenção, julgamos estarem reunidas as condições para deferir a emissão de certidão de destaque de parcela, sob o condicionamento do registo do ónus do não fracionamento.” _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Certificar que não se vê inconveniente no destaque da parcela requerida, de acordo com o número quatro do artigo sexto do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro, na sua atual redação, nos termos da informação técnica acima transcrita. _

_____ Mais, foi deliberado fazer constar da certidão a emitir nos termos do número nove do artigo sexto do diploma referido, o ónus do não fracionamento, pelo prazo de dez anos, notificando o requerente de que deverá proceder à respetiva inscrição no registo predial, nos termos do número sete do artigo sexto do decreto-lei supra referido. _____

_____ Deliberado, ainda, certificar que, conforme consta do pedido, a parcela a destacar, com a área de quinhentos e dez vírgula setenta metros quadrados, ficará a confrontar do Norte com Herdeiros de João Conceição; do Sul com António Santos Trindade; do Nascente com Herdeiros de João Conceição e Caminho – Rua Casal da Lage; e do Poente com Manuel Santos Neto. _____

_____ Deliberado, também, certificar que, conforme consta do pedido, a parcela sobrance, com a área de dois mil trezentos e oitenta e nove vírgula trinta metros quadrados, ficará a confrontar do Norte com Herdeiros de João Conceição; do Sul com



Herdeiros de João Conceição; do Nascente com Caminho – Rua Casal da Lage; e do Poente com Manuel Santos Neto. _____

4.4 - Regulamento Acreditar Alcanena - Pedido de Isenção IMI, ao abrigo dos artigos 7.º e 8.º - Benefícios e Incentivos à Reabilitação Urbana. Documento ref.ª 7132. Processo ref.ª 2026/850.10.003/16. (Para deliberação) _____

_____ Presente à reunião a informação n.º 7132, na qual se informa que veio o requerente nela identificado, apresentar pedido para enquadramento para acesso aos Benefícios e Incentivos Fiscais associados à Área de Reabilitação Urbana da Freguesia de Minde (uma ARU com ORU sistemática) e enquadrados atualmente no Regulamento Acreditar Alcanena - Regulamento de incentivos fiscais à fixação de pessoas, famílias e empresas, designadamente nos apoios previstos nos artigos 7.º e 8.º - Benefícios à Reabilitação Urbana e Incentivos à Reabilitação Urbana, respetivamente. _____

_____ Nos termos do artigo 24.º do Regulamento “Acreditar Alcanena” e do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, analisado o pedido, os serviços consideraram encontrarem-se reunidos os pressupostos para a atribuição do apoio solicitado. Assim, conclui-se que o requerente reúne as condições para beneficiar da isenção do pagamento do IMI — Imposto Municipal sobre Imóveis — relativamente aos anos de 2026, 2027 e 2028, bem como dos incentivos à reabilitação urbana previstos nas alíneas a) do n.º 2 do artigo 7.º e nas alíneas a), b) e c) do n.º 3 do artigo 8.º do referido Regulamento Municipal. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Isentar do pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) o prédio com o artigo matricial n.º 703 da Freguesia de Minde, pelo período de três anos (2026, 2027 e 2028), correspondendo a um valor estimado de isenção total de 522,32€ (quinhentos e vinte e dois euros e trinta e dois cêntimos), nos termos do artigo 7.º, n.º 2, alínea a), do Regulamento Acreditar Alcanena. _____

_____ Determinada a devolução do montante total das taxas municipais liquidadas pelo requerente no âmbito do processo de obras de reabilitação da moradia unifamiliar e anexo, no valor de 3.261,94€ (três mil duzentos e sessenta e um euros e noventa e quatro cêntimos). _____

_____ Deliberado, ainda, comunicar ao requerente a decisão tomada pela Câmara Municipal, com indicação dos apoios concedidos, bem como comunicar ao Serviço de Finanças de Alcanena o apoio atribuído e proceder à respetiva comunicação na página da Autoridade Tributária, relativa à isenção concedida, até ao dia 31 de dezembro de 2026. _____



5 - DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO DE OBRAS MUNICIPAIS _

5.1 - Procedimento por Consulta Prévia para a Aquisição de Serviços n.º Aq_Serv_DPGOM_2026_2 – Consultoria Estratégica para a Implementação e Acompanhamento de Parcerias de Inovação, Empreendedorismo e Projetos de Comunidade no âmbito da Estratégia “Alcanena 2.0”. Documento ref.ª 6338. Processo ref.ª 2026/300.10.005/152. (Para conhecimento) _____

_____ Foi presente para conhecimento o Despacho n.º 6338, de 11 de março, proferido pelo Presidente da Câmara, na sequência da informação n.º 6062, de 9 de março de 2026, relativa ao Procedimento por Consulta Prévia para a Aquisição de Serviços n.º Aq_Serv_DPGOM_2026_2 – Consultoria Estratégica para a Implementação e Acompanhamento de Parcerias de Inovação, Empreendedorismo e Projetos de Comunidade no âmbito da Estratégia “Alcanena 2.0”. _____

_____ Do referido despacho consta que foram devidamente ponderados os regimes legais aplicáveis, designadamente a Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, o Código do Procedimento Administrativo, o Código dos Contratos Públicos e o Código de Ética e Conduta do Município de Alcanena, tendo sido acautelados os princípios da legalidade, imparcialidade, transparência e prevenção de conflitos de interesses. _____

_____ Da análise efetuada concluiu-se não existir impedimento legal absoluto à contratação em causa, desde que garantidas as salvaguardas legais e éticas aplicáveis, nomeadamente a inexistência de continuidade material de funções relativamente a matérias anteriormente tuteladas, bem como a implementação de mecanismos de prevenção de conflitos de interesses e de não utilização de informação privilegiada. _____

_____ Nos termos do despacho, foi determinado o prosseguimento do procedimento de contratação, encontrando-se o mesmo em fase de compromisso financeiro, bem como o cumprimento das normas legais e princípios aplicáveis, tendo ainda sido decidido dar conhecimento do ato à Câmara Municipal, para efeitos de transparência. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que o procedimento em apreço corresponde a uma consulta prévia, enquadrada no âmbito das diversas candidaturas a financiamento europeu de que o Município dispõe e que permitem suportar este tipo de contratações. _____

_____ Referiu que o Município se encontra a preparar um dossier de elevada complexidade, designado “Alcanena 2.0”, o qual assenta, fundamentalmente, no desenvolvimento de projetos de co-living. Informou que existem, atualmente, cerca de 30 obras em curso, bem como um volume muito significativo de candidaturas



submetidas, em preparação e em acompanhamento, sendo que apenas um recurso técnico se encontra afeto a esta área, o que se revela insuficiente face às necessidades identificadas. _____

_____ Neste contexto, considerou necessária a contratação de um reforço técnico qualificado, pelo período estimado de dois anos, correspondente à duração das candidaturas europeias em curso, tendo sido esse o enquadramento do procedimento apresentado. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** referiu compreender a justificação apresentada, salientando, contudo, que se trata de uma situação que poderá ocorrer com qualquer pessoa, sublinhando que, independentemente de se tratar de uma anterior vereadora, está em causa uma pessoa com os mesmos direitos e deveres que qualquer outra. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** reiterou que o procedimento em causa resultou de uma consulta ao mercado. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** observou que a empresa em causa foi constituída em janeiro, manifestando que, da análise do documento apresentado, esperaria dispor de informação mais detalhada relativamente ao tipo de trabalhos a desenvolver, ao eventual enquadramento contratual e aos objetivos específicos da prestação de serviços. Referiu ainda que, embora a questão do valor não seja determinante neste momento, a ausência de elementos concretos quanto ao conteúdo material do projeto limita a possibilidade de uma análise mais aprofundada, estando o documento essencialmente circunscrito ao enquadramento legal do procedimento. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que a apresentação do documento em reunião não constituía uma obrigação, tendo sido determinada por despacho seu, no sentido de assegurar transparência no processo. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** agradeceu o esclarecimento, referindo que, tendo em conta que o processo aparenta estar em preparação desde finais de janeiro, seria relevante a disponibilização de informação mais detalhada sobre o projeto, designadamente quanto aos seus objetivos, metodologia e resultados esperados, permitindo uma apreciação mais substancial. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** informou que a primeira apresentação formal do trabalho será realizada junto da Senhora Secretária de Estado, no próximo dia 15. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** registou a informação, referindo ainda que, tendo em conta a recente constituição da empresa, deseja que a mesma



tenha sucesso na sua atividade, reconhecendo que todos têm uma vida para além da política. _____

_____ **A Senhora Vereadora Gorete Santos** questionou se o procedimento em causa corresponde a uma prestação de serviços por projeto, em regime de avença, com duração de dois anos, e se se encontra diretamente relacionado com a área da habitação. _____

_____ **O Senhor Presidente da Câmara** confirmou que o procedimento está relacionado com a área da habitação, designadamente com a nova geração de políticas habitacionais, informando que existe um compromisso assumido com a Senhora Secretária de Estado da Habitação no sentido de apresentar um conjunto estruturado de propostas para os próximos anos. _____

_____ Explicou que serão apresentados dois dossiers distintos: o primeiro relativo ao modelo de gestão do parque habitacional em construção, salientando que as habitações são propriedade do IHRU, no âmbito do direito de superfície por um período de 50 anos, sendo, contudo, necessária a definição de um modelo de gestão; o segundo relativo à estratégia futura, designada “Alcanena 2.0”, centrada na habitação como instrumento de desenvolvimento territorial. _____

_____ Referiu que esta estratégia decorre da evolução do contexto europeu, em que a habitação assume um papel central, destacando que Portugal apresenta atualmente uma relação particularmente desfavorável entre rendimentos e custos habitacionais, com impactos relevantes na sociedade. _____

_____ Indicou que o Município pretende apostar em modelos inovadores, como co-living e co-housing, adaptados às diferentes fases da vida, bem como na reabilitação de edifícios devolutos, nomeadamente em Minde e em Alcanena, no âmbito do projeto Couros. _____

_____ Acrescentou que está também em estudo o desenvolvimento de um território a norte de Alcanena, com uma abordagem integrada que concilie o olival com novas soluções habitacionais e comunitárias, promovendo a criação de núcleos intergeracionais nas freguesias, com vista à fixação de população e atração de talento. _____

_____ Referiu ainda que esta estratégia se articula com investimentos em curso, nomeadamente na área das creches, destacando os projetos em Monsanto e nos Bugalhos, bem como com a observação de boas práticas europeias, designadamente em países como a Dinamarca e a Suécia. _____

_____ Por fim, informou que o Município integra redes europeias que apoiam estas iniciativas ao nível da capacitação e contratação, ainda que não financiem diretamente as obras. _____



_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** agradeceu a explicação, uma vez que esse era precisamente o objetivo, ou seja, compreender melhor o projeto. Ficou com algumas conclusões, nomeadamente que aquele tipo de procedimento de consultoria estava orientado para a gestão do parque habitacional, no âmbito da estratégia apresentada. Admitiu que o contrato poderá refletir essa orientação, incluindo a definição de metas e indicadores de execução. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu que havia duas questões distintas. Uma coisa era a gestão do parque habitacional, que não decorre apenas de uma lógica de gestão em si mesma. Tal como referiu, estavam a trabalhar com a Kaizen e já existia um modelo em desenvolvimento. Havia igualmente uma equipa interna pluridisciplinar que procedeu à contabilização e análise do tempo despendido por cada trabalhador municipal no tratamento de candidaturas a habitação. _____

_____ Este trabalho foi efetuado com o objetivo de, posteriormente, ser demonstrado à Senhora Secretária de Estado a necessidade de reforço de meios, devidamente fundamentada em dados concretos. Ou seja, a Câmara, para assegurar a gestão das habitações — que, para todos os efeitos, pertencem ao IHRU e não ao Município — atua, neste contexto, como uma entidade gestora, ou, se quiser, uma “barriga de aluguer”. _____

_____ Assim, é necessário assegurar uma receita adequada para a gestão do parque habitacional, designadamente através da percentagem das rendas que legalmente poderá ser cobrada. Estamos a falar de rendas na ordem dos 200 a 300 euros, o que permitirá libertar algum capital e assegurar a gestão do parque habitacional em construção. _____

_____ Outra questão distinta é a definição da estratégia futura e a direção para a qual se pretende evoluir. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** concordou com essa estratégia, matéria essa que já havia sido abordada anteriormente. Existem, contudo, outras questões de natureza opinativa em relação às quais têm posições distintas. No que respeita ao arrendamento, considera que, no futuro, seria relevante que uma percentagem pudesse ser colocada no mercado livre, de forma a contribuir para a redução dos preços. _____

_____ Na sua opinião, um modelo em que as pessoas se candidatem de cinco em cinco anos poderá não permitir fixação efetiva da população. Seria importante ponderar essa questão, admitindo que essa reflexão possa já estar a ser considerada no modelo em estudo pelo Município. _____



_____ Disse ser mais favorável a um modelo misto, com uma parte destinada ao arrendamento e outra à venda, permitindo assim a fixação das pessoas nas freguesias e no concelho. É difícil para o Município assumir este papel, e como foi referido, o Município não é uma imobiliária. _____

_____ Chegou inclusivamente a ser equacionada, em momento anterior, a criação de uma empresa municipal para esta área, ainda antes do presente mandato, o que demonstra a complexidade do tema. No entanto, questionou se não era esse o modelo que estava agora em causa. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu que o objetivo era desenvolver um modelo de nova geração de habitação no concelho de Alcanena. Posteriormente, serão analisados casos concretos, até porque já existia património municipal suscetível de adaptação, bem como imóveis cuja aquisição se encontra identificada, embora sobre essa matéria não pretendia, nesta fase, adiantar detalhes. _

_____ O que estava em causa era a definição de uma visão estratégica de futuro. Não sendo o Município uma imobiliária, importava referir que, por exemplo, na Suécia cerca de 20% da habitação era pública. No nosso caso, partimos de uma base praticamente inexistente, sendo que a nossa ambição não será atingir 20%, mas também não pode manter-se no nível residual de 1% anteriormente existente. Considera que uma meta razoável poderá situar-se nos 10%. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** concordou, nomeadamente no que respeita à necessidade de ajudar a regular o mercado. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** referiu que naturalmente deveria existir iniciativa privada, que é igualmente fundamental neste setor. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** disse que tal como acontece com diversas imobiliárias no concelho, poderia também ser equacionada essa articulação com o setor privado. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** mencionou que as aquisições devem, contudo, ser efetuadas a valores de mercado realistas. Era necessário garantir oferta suficiente para contribuir para a estabilização dos preços, que atualmente se encontram elevados. _____

_____ Na prática, quando os jovens procuram iniciar a sua vida autónoma, deparam-se frequentemente com habitações em regime de arrendamento com valores elevados e, muitas vezes, em condições inferiores às das habitações de origem familiar. Esta realidade dificulta a autonomização, o início de projetos de vida e a fixação da população jovem. _____



_____ Enquanto esta situação se mantiver, verifica-se uma tendência de saída de jovens do território, o que tem impactos diretos na economia e na coesão social. _____

_____ O **Senhor Vereador Samuel Frazão** concordou com essa análise. A sua preocupação prende-se com o facto de, ao fim de ciclos de cinco anos, e tendo em conta a escassez de oferta habitacional, as pessoas acabarem por não conseguir permanecer no concelho, sendo forçadas a deslocar-se para outros territórios, como Torres Novas. Seria importante assegurar que essas famílias permanecem nas freguesias do concelho. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** concluiu referindo que essa era, de facto, uma questão central, e que considerava que havia um trabalho muito relevante a desenvolver nesse sentido. Acrescentou que existiam ainda nove empreitadas que não avançaram por falta de empreiteiro, o que também condicionava a execução global da estratégia. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento do Despacho n.º 6338, de 11 de março, relativo ao Procedimento por Consulta Prévia para a Aquisição de Serviços n.º Aq_Serv_DPGOM_2026_2 – Consultoria Estratégica para a Implementação e Acompanhamento de Parcerias de Inovação, Empreendedorismo e Projetos de Comunidade no âmbito da Estratégia “Alcanena 2.0”, tendo o mesmo sido objeto de apreciação, sem prejuízo das competências próprias do Presidente da Câmara. _____

_____ **6 - DIVISÃO DE CULTURA, TURISMO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO** _____

_____ **6.1 - 9.º Alcanena Trail - Proposta de Aceitação de Donativo. Documento ref.ª 8000. Processo ref.ª 2026/300.10.005/503. (Para ratificação)** _____

_____ Foi presente a proposta referência 8000, relativa à realização da 9.ª edição do Alcanena Trail, que decorreu no dia 22 de março de 2026, e que contou com a participação de cerca de 750 atletas e o envolvimento de aproximadamente 200 voluntários do movimento associativo do concelho. _____

_____ Atendendo à natureza da prova, revelou-se necessário assegurar diversos pontos de abastecimento, garantindo a adequada hidratação e nutrição dos participantes. Neste contexto, a empresa Faxsuper - Distribuição Alimentar, Lda disponibilizou-se para apoiar o evento, através da doação de bens alimentares e outros produtos essenciais aos abastecimentos. _____

_____ O donativo, no valor global de 1.064,89€ (mil e sessenta e quatro euros e oitenta e nove cêntimos), foi integralmente aplicado no apoio à realização da prova, não tendo representado qualquer encargo para o Município. Considerando que a iniciativa já decorreu, importa proceder à ratificação da aceitação da referida doação, _____



ao abrigo do regime aplicável ao mecenato, bem como à emissão da respetiva declaração. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Ratificada a aceitação do donativo efetuado pela Faxsuper - Distribuição Alimentar, Lda, no valor de 1.064,89€ (mil e sessenta e quatro euros e oitenta e nove cêntimos), destinado ao apoio logístico da 9.ª edição do Alcanena Trail, atividade que decorreu a 22-03-2026. _____

_____ Deliberado ainda autorizar a emissão da respetiva declaração de aceitação. _____

_____ **7 - SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL** _____

_____ **7.1 - Relatório de Atividades dos Bombeiros Municipais de Alcanena – Mês fevereiro 2026. Documento ref.ª 6563. Processo ref.ª 2026/550.20.500/7. (Para conhecimento)** _____

_____ Presente, para conhecimento, o Relatório de Atividades dos Bombeiros Municipais de Alcanena, respeitante ao mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis. _____

_____ O **Senhor Vereador Tiago Ancião** colocou uma questão relativamente ao item das recusas de serviço. Referiu que analisou os relatórios desde outubro, momento a partir do qual tiveram acesso aos mesmos, tendo procedido ao cálculo de uma média de recusas de serviço. Indicou que, no período compreendido entre outubro e fevereiro, correspondente a cinco meses, se registou uma média de 6% de recusas. Considerou que, não sendo um número alarmante, também não deixa de ser relevante, correspondendo, em termos médios, a 34 pessoas que, nesse período, não foram assistidas com a celeridade desejável. _____

_____ Acrescentou que, tendo em conta a saída de um elemento, a mudança de funções de outro e a situação de gravidez de uma bombeira, bem como eventuais outras situações que possam surgir e a aproximação da época de incêndios, considera oportuno reforçar novamente a equipa. _____

_____ Referiu ainda ter analisado as ações de formação, constatando a existência de algumas formações externas, mas não identificando, nos últimos cinco meses, formação interna para além das obrigatórias, como o TAT e respetivas recertificações. Defendeu, por isso, a importância de reforçar a formação interna. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que importa distinguir entre as recusas dos bombeiros municipais e as recusas dos meios de Proteção Civil do concelho, sublinhando que tal diferença é determinante. Referiu que a maioria das recusas dos bombeiros municipais é reencaminhada para os bombeiros voluntários, pelo que, na prática, a estrutura de Proteção Civil do concelho assegura resposta à grande maioria das ocorrências. _____



_____ Salientou que é igualmente necessário distinguir entre recusas ocorridas dentro do concelho e recusas relativas a emergências fora do concelho. Indicou que o concelho é, no Médio Tejo, o segundo com maior investimento per capita nesta área, sendo apenas ultrapassado pelo Sardoal, cuja realidade é distinta, nomeadamente por não dispor de bombeiros voluntários. _____

_____ Acrescentou que esta informação foi oportunamente apresentada aos bombeiros, tendo sido efetuada uma análise comparativa entre concelhos, embora sem dados do Entroncamento por ausência de informação. Considerou que, apesar de existirem problemas pontuais de entradas e saídas de pessoal que devem ser resolvidos, a estrutura de Proteção Civil existente em Alcanena responde praticamente a todas as emergências do concelho. _____

_____ Reforçou que a análise não deve incidir apenas sobre os bombeiros municipais, mas sobre o conjunto da estrutura, incluindo os bombeiros voluntários, salientando que a maioria das recusas dos bombeiros municipais é colmatada por estes últimos. _____

_____ Relativamente às ocorrências fora do concelho, referiu que, sendo o concelho já aquele que mais investe per capita na região, importa ponderar o limite desse investimento, sem prejuízo do princípio da solidariedade inerente à resposta a emergências. Considerou, ainda, que os concelhos vizinhos também devem assegurar o respetivo investimento, sublinhando que o concelho não se encontra subfinanciado, apresentando, pelo contrário, um investimento superior ao dos territórios vizinhos. _____

_____ O **Senhor Vereador Tiago Ancião** reconheceu razão ao Senhor Presidente no que respeita à capacidade global de resposta no município, abrangendo Alcanena e Minde, mas sublinhou que subsiste um “quase” que considera relevante. Referiu que, excluindo o valor global de 6% de recusas e analisando apenas as recusas internas, estas correspondem, em média, a duas por mês, ou seja, cerca de 2% a 3%. _____

_____ Recordou a ocorrência, há um ou dois anos, de uma recusa no concelho de Alcanena que terá resultado numa morte, admitindo que, mesmo com intervenção, o desfecho poderia ter sido o mesmo, mas defendendo que a presença poderia ter contribuído para minimizar a situação. Concluiu ser preferível dispor de pessoal disponível no quartel, quer em Alcanena quer em Minde, ainda que sem intervenção imediata, do que não ter meios quando estes são necessários. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu que a intervenção anterior resvalava para alguma demagogia, reiterando que a elevada taxa de resposta demonstra que a estrutura se encontra bem dimensionada. Reconheceu que existirão



sempre situações em que a resposta é assegurada por concelhos vizinhos, tal como o inverso também sucede. _____

_____ Referiu que, analisando o número de emergências realizadas fora do concelho e as recusas que são supridas por outros corpos de bombeiros, se conclui que o balanço é amplamente favorável ao concelho, evidenciando que este dispõe de uma estrutura relativamente sobredimensionada face a outras, que se encontram subdimensionadas. _____

_____ Sublinhou a importância da complementaridade entre concelhos, considerando-a indispensável no âmbito da resposta a emergências. Destacou que o concelho presta mais apoio ao exterior do que aquele que recebe, concluindo que poderá ser mais adequado incentivar os concelhos vizinhos a reforçarem o seu investimento. _____

_____ A **Senhora Vereadora Clara Baptista** informou que as situações decorrentes da saída de um elemento e da gravidez de uma bombeira estão acauteladas, estando prevista a apresentação, na próxima reunião de câmara, de um pedido de contratação de dois assistentes técnicos para assumirem funções na central, em conjunto com bombeiros com limitações, permitindo unificar o serviço e libertar dois bombeiros operacionais para reforço das equipas. _____

_____ Acrescentou que, no final do ano, existe um compromisso com o Senhor Vereador Gabriel e com o comandante dos bombeiros para a abertura de um concurso conjunto que permita constituir uma nova equipa, considerada necessária para assegurar uma quinta equipa operacional. Indicou, contudo, que a prioridade imediata recai na contratação dos dois assistentes técnicos. _____

_____ Relativamente à formação, referiu ter iniciado um processo de negociação com todas as divisões da câmara, incluindo os bombeiros, com vista à apresentação de um plano anual de formação. Reconheceu que este processo é gradual, mas já se encontram em curso ações de formação, nomeadamente na área do suporte básico de vida para profissionais das escolas e para trabalhadores com desfibriladores automáticos externos (DAE) que não dominam a sua utilização. _____

_____ Informou que o comandante dos bombeiros apresentou o respetivo plano anual de formação, incluindo não só as ações obrigatórias de recertificação, mas também outras formações reconhecidas pela Associação Nacional de Bombeiros e pela Escola Nacional de Bombeiros, essenciais para a valorização profissional e manutenção de competências. _____

_____ Acrescentou que estão igualmente a ser equacionadas outras formações, incluindo propostas da medicina do trabalho, designadamente nas áreas da



comunicação e do ambiente de trabalho, com abrangência a todo o universo de trabalhadores, incluindo bombeiros, de forma faseada. _____

_____ Referiu, a título de exemplo, a realização de formação em gestão da comunicação e de conflitos para a equipa de Minde durante o período de interrupção letiva, salientando a necessidade de ajustar a formação às necessidades identificadas. Indicou que o planeamento se baseia num diagnóstico experimental realizado em 2024, tendo sido lançado o desafio aos dirigentes para auscultarem os trabalhadores e apresentarem propostas de formação até ao final do ano. _____

_____ A **Senhora Vereadora Gorete Santos** questionou se a formação de primeiros socorros, designadamente a ministrada a profissionais das escolas, é assegurada pelos bombeiros. _____

_____ A **Senhora Vereadora Clara Baptista** confirmou que a formação é ministrada pelos bombeiros, esclarecendo que a mesma não decorre nas escolas, mas sim no quartel. Indicou que, nos dias 1 e 2, participaram 56 pessoas, estando previstas novas sessões para abranger um total de 130 participantes. Acrescentou que os trabalhadores municipais também frequentaram formação nos dias 27 e na data da reunião, com o objetivo de assegurar que todos possuam competências nesta área. _____

_____ Defendeu a importância de incluir esta formação nos currículos, referindo ter apresentado essa proposta ao agrupamento escolar. Informou ainda que, no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), está a ser equacionada a integração da formação em primeiros socorros nos currículos escolares, nomeadamente no 4.º e 7.º anos, uma vez que no 9.º e 10.º anos já integra a disciplina de Cidadania. _____

_____ Salientou que, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, a formação deve ser renovada de dois em dois anos para ser eficaz, referindo que, mesmo com uma periodicidade de três anos, os efeitos podem ser limitados. Ilustrou a importância da formação com o exemplo de uma situação recente em que uma criança conseguiu socorrer a mãe após ter frequentado formação na escola. _____

_____ O **Senhor Vereador Gabriel Feitor** referiu não ter muito a acrescentar ao que foi dito, mas considerou ter compreendido a preocupação do Senhor Vereador Tiago Ancião. Clarificou que parte da intervenção da Senhora Vereadora Clara Baptista incidiu sobre formação interna que não abrange diretamente os Bombeiros Voluntários. _____

_____ Informou que o comandante foi alertado para esta matéria e que será realizada uma avaliação no final do ano, sendo que, caso se verifique a inexistência de um programa consistente de formação ou instrução, retirará as devidas conclusões. _____



_____ Recordou que o atual executivo tomou posse em outubro de 2025, existindo compromissos assumidos nesse âmbito. Destacou ainda a formação em língua inglesa, proposta no orçamento pelo Partido Socialista em articulação com o Serviço Municipal de Proteção Civil, a qual poderá vir a ser desenvolvida em parceria com o Centro Qualifica da Escola Secundária no próximo ano letivo, ficando a sua concretização dependente da evolução do processo. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento do Relatório de Atividades dos Bombeiros Municipais de Alcanena, respeitante ao mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis. _____

_____ **7.2 - Protocolo de Cooperação LBP/ANSR sobre contraordenações rodoviárias cometidas no âmbito da condução de veículos dos bombeiros em missão de socorro. Documento ref.ª 2544. Processo ref.ª 2026/100.10.600/4. (Para ratificação)** _____

_____ Foi presente a informação relativa ao Protocolo de Cooperação celebrado entre a Liga dos Bombeiros Portugueses e a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, que visa simplificar os procedimentos de justificação de contraordenações rodoviárias praticadas no âmbito de missões de socorro por veículos dos corpos de bombeiros. _____

_____ O referido protocolo estabelece um mecanismo de comunicação direto e desmaterializado, permitindo às associações humanitárias de bombeiros e respetivos corpos de bombeiros a submissão de justificações através da plataforma Sistema de Gestão de Eventos de Trânsito (SGET), mediante o registo de utilizadores autorizados e a disponibilização de uma lista de veículos operacionais ("White List"). _____

_____ Este procedimento possibilita maior celeridade e eficiência na tramitação dos processos, evitando a instauração de contraordenações sempre que estejam em causa missões urgentes de socorro devidamente comprovadas, nos termos do Código da Estrada. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Ratificado o ato praticado pelo Senhor Presidente da Câmara em 13-03-2026, respeitante à assinatura da Declaração de Adesão ao Protocolo de Colaboração celebrado entre a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária e a Liga dos Bombeiros Portugueses em 10 de abril de 2025, e respetivos anexos. _____

_____ Mais se deliberou confirmar as obrigações assumidas, nomeadamente as constantes na cláusula 5.ª do suprarreferido Protocolo. _____

_____ **8 - SERVIÇO VETERINÁRIO MUNICIPAL** _____

_____ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO** _____



_____ Verificada a presença do público, o Senhor Presidente da Câmara passou a palavra a quem dela quisesse fazer uso. _____

_____ Interveio o **Senhor Joaquim Ganaipo** para questionar o Senhor Vereador Gabriel Feitor relativamente à Proteção Civil local, designadamente se já é possível desenvolver alguma ação nesse âmbito, se o processo já se encontra em curso e qual o ponto de situação, em particular no que respeita às localidades de Malhou, Chã de Cima e Espinheiro. _____

_____ O **Senhor Vereador Gabriel Feitor** informou que, em novembro de 2025, foi solicitado às juntas de freguesia, quer presencialmente, quer através de ofício e correio eletrónico, que indicassem os nomes dos elementos a integrar as equipas das unidades locais de Proteção Civil, podendo tratar-se de novos elementos ou da recondução dos anteriores, devendo essa informação ser comunicada à coordenadora municipal de Proteção Civil. _____

_____ Referiu que, tanto quanto é do seu conhecimento, apenas a localidade de Malhou ainda não procedeu à indicação de quaisquer elementos. Acrescentou que, há cerca de quinze dias, foi efetuado novo reforço deste pedido, novamente por escrito. _

_____ Indicou ainda que esta solicitação foi inicialmente apresentada na primeira reunião realizada com as juntas de freguesia, a qual incluiu uma sessão de carácter formativo, com a participação dos bombeiros, destinada aos novos autarcas de freguesia, com o objetivo de esclarecer o funcionamento do sistema de Proteção Civil. Posteriormente, o pedido foi reiterado, tendo algumas juntas de freguesia demorado vários meses a dar resposta. _____

_____ Seguidamente, o **Senhor Alexandre Pires** interveio referindo que existia a ideia, anteriormente manifestada pelo Senhor Presidente, de apoiar as freguesias na área da limpeza urbana. Salientou que, para além das questões de urbanismo e da construção de novas habitações, é igualmente fundamental assegurar o cuidado com o espaço público e o bem-estar das populações, sendo a limpeza das ruas uma componente essencial. _____

_____ Recordou que o Senhor Presidente havia mencionado, em ocasiões anteriores, algumas preocupações relativamente à situação em Minde, questionando se existe, atualmente, alguma medida ou proposta concreta para apoiar a Junta de Freguesia de Minde nesta matéria. Referiu tratar-se de um problema efetivo, decorrente da falta de meios, da dificuldade na gestão de recursos e de outros constrangimentos associados à gestão de pessoal, salientando a especificidade territorial da freguesia, composta pelas localidades de Minde, Covão do Coelho e Vale Alto. _____



_____ Mencionou ainda que havia sido equacionada, em momento anterior, a possibilidade de envolvimento da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, E.M., S.A. na limpeza urbana, embora reconheça as limitações decorrentes dos contratos de gestão delegada, que impedem a atuação fora da sede de concelho. Questionou, assim, se o Senhor Presidente dispõe de alguma solução projetada para apoiar o executivo de Minde, sublinhando que as críticas da população têm vindo a aumentar, sendo a limpeza urbana uma das matérias mais sensíveis do ponto de vista político, e, na sua perspetiva, com razão, uma vez que os munícipes se queixam da falta de limpeza das ruas. _____

_____ Acrescentou que se verifica também um aumento da produção de resíduos urbanos em Minde, associado ao crescimento populacional e à maior procura habitacional e comercial, considerando que o sistema de recolha se encontra subdimensionado face à realidade atual. Referiu ainda a existência de diferenças culturais no que respeita à separação de resíduos, indicando que, apesar de algum esforço individual no sentido de sensibilizar cidadãos, muitos desconhecem o funcionamento dos ecopontos. _____

_____ Neste contexto, sugeriu ao Senhor Vereador Nuno a realização de uma campanha intensiva de sensibilização e educação ambiental, com o objetivo de informar e promover boas práticas na deposição de resíduos, considerando tratar-se também de uma medida relevante no âmbito da integração das comunidades. _____

_____ Dirigindo-se à Senhora Vereadora Clara Baptista, abordou ainda a questão da alimentação nas escolas, referindo ter tido conhecimento de problemas nessa área. Indicou que manteve um contacto telefónico com a mesma, de forma genérica, não tendo aprofundado a situação junto da sua filha por considerar não ser o procedimento mais adequado. Questionou se já foram tomadas medidas relativamente a esta situação, se existem desenvolvimentos e se a associação de pais prestou informação adicional sobre o assunto. _____

_____ Concluiu referindo tratar-se de três questões distintas, reservando uma observação adicional para momento posterior, caso lhe fosse permitido. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara**, relativamente à questão da limpeza pública, informou que o tema foi abordado numa reunião realizada na manhã do próprio dia, salientando que o executivo está sensibilizado para a situação. Referiu que a Senhora Vereadora Clara Baptista também trouxe o assunto à discussão e que o próprio reconhece a necessidade de melhoria significativa da limpeza urbana em Minde. _____



_____ Informou que foi solicitada uma proposta à AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, E.M., S.A., a qual se encontra atualmente a estudar o processo, com vista à eventual assunção dessa competência. Considerou que Minde apresenta características urbanas semelhantes às de Alcanena, não dispondo, contudo, dos meios necessários para assegurar uma limpeza pública adequada através das juntas de freguesia. _____

_____ Referiu que, pelas observações que tem efetuado no terreno, a situação é evidente e requer intervenção, tendo já sido objeto de discussão interna, encontrando-se o assunto em análise para tomada de decisão. _____

_____ Acrescentou que transmitiu ao Vice-Presidente e Presidente da referida empresa municipal que o concelho está atualmente a lidar com comunidades que apresentam práticas no tratamento de resíduos sólidos urbanos semelhantes às existentes há várias décadas, referindo que, apesar da evolução verificada, ainda persistem comportamentos inadequados, inclusive por parte de alguns cidadãos. _____

_____ Salientou que as comunidades migrantes, em particular, podem apresentar hábitos distintos no que respeita à gestão de resíduos, sendo necessário promover a sua adaptação às práticas locais. Considerou, por isso, fundamental desenvolver ações de educação ambiental, designadamente junto das escolas, reconhecendo tratar-se de um trabalho contínuo e exigente. _____

_____ Concluiu referindo a necessidade de acompanhar estes fenómenos e ponderar a criação de equipas de proximidade que possam interagir diretamente com a população, promovendo a alteração de comportamentos menos adequados e contribuindo para a melhoria da limpeza urbana no concelho. _____

_____ O **Senhor Vereador Tiago Ancião** referiu ter assistido a uma apresentação realizada por alunos do 6.º e 7.º anos da escola de Riachos, no âmbito de um trabalho desenvolvido pelos mesmos, que incluiu demonstrações em escolas do 1.º ciclo e em creches. Considerou que este tipo de iniciativas é pertinente, sublinhando que a educação deve começar nas idades mais precoces, sendo, na sua perspetiva, mais difícil promover mudanças de comportamento em faixas etárias mais elevadas. _____

_____ O **Senhor Alexandre Pires** reportou uma situação que classificou como grave, ocorrida na localidade de Vale Alto. Referiu que, no âmbito de um protocolo anteriormente celebrado entre o município e a associação Just a Change, foi reabilitado um edifício destinado a apoiar uma família carenciada, sinalizada pela ação social. Indicou que, presentemente, esse mesmo imóvel se encontra anunciado para venda, existindo no local uma placa de uma agência imobiliária. Informou ter já



abordado o assunto com o Senhor Vereador Nuno Silva e com a Senhora Vereadora Clara Baptista, e perguntou se já tinham sido tomadas algumas diligências. _____

_____ Salientou que, na sua perspetiva, este tipo de situações deve ser objeto de análise, defendendo que o apoio social deve assentar em regras claras e equitativas, que devem ser cumpridas por todos. Considerou, assim, que a situação descrita poderá indiciar uma utilização indevida de um apoio concedido, razão pela qual entende que não deve ser desvalorizada nem esquecida. _____

_____ **Relativamente à questão suscitada pelo Senhor Alexandre Pires, o Senhor Presidente da Câmara** referiu compreender a preocupação manifestada, distinguindo, no entanto, entre o plano moral e o enquadramento legal. Indicou que, do ponto de vista jurídico, subsistem dúvidas quanto à possibilidade de intervenção, tendo já sido o assunto analisado internamente. _____

_____ Salientou que, tratando-se de uma intervenção realizada por uma associação no âmbito da solidariedade, com apoio municipal, a eventual alienação posterior do imóvel levanta questões cuja resolução dependeria de salvaguardas legais previamente estabelecidas, as quais poderão não ter sido acauteladas. Considerou, por isso, que, no momento presente, será difícil adotar qualquer medida concreta relativamente à situação. _____

_____ Acrescentou, contudo, que esta experiência poderá constituir uma aprendizagem para o futuro, sugerindo que, em situações semelhantes, se equacionem mecanismos como a definição de períodos de inalienabilidade ou a previsão de reversão parcial de eventuais mais-valias obtidas com a venda, em benefício de outras ações de carácter solidário. Concluiu tratar-se de uma matéria de natureza eminentemente jurídica. _____

_____ A **Senhora Vereadora Clara Baptista**, relativamente à questão das refeições escolares, agradeceu a colocação do tema, considerando importante a sua partilha com os restantes membros. Informou que, na sequência das queixas apresentadas e de uma reunião realizada com a Associação de Pais de Minde no agrupamento de escolas, foi promovida, com a maior brevidade possível, uma reunião com a empresa responsável, tendo sido definida uma estratégia de intervenção. _____

_____ Indicou que foram introduzidas alterações na ementa, bem como reformulada a confeção da sopa, incluindo a negociação dos procedimentos associados à sua preparação. Acrescentou que foi instituído um sistema de auditoria semanal, no âmbito do qual membros do executivo e a nutricionista se deslocam regularmente às escolas para avaliar a qualidade das refeições. _____



_____ Referiu que, na sequência destas medidas, o feedback recebido tem sido bastante positivo. Destacou que, na reunião do Conselho Geral de Educação do Agrupamento de Escolas de Alcanena, realizada na semana anterior, representantes das associações de pais, incluindo de Minde e do Covão do Coelho, manifestaram publicamente a melhoria verificada. _____

_____ Salientou que foi reportado que os alunos passaram a consumir integralmente a sopa, sendo a sua qualidade considerada super agradável, exemplificando com uma refeição recente que foi particularmente bem aceite de massa e carne picada. Indicou ainda que o agrupamento passou a permitir a participação dos pais, uma vez por mês, nas refeições escolares, possibilitando a validação direta das condições e qualidade do serviço prestado. _____

_____ Concluiu que as alterações introduzidas produziram resultados positivos, sublinhando, no entanto, a necessidade de manter o sistema de auditoria semanal, de modo a garantir a continuidade da qualidade alcançada. _____

_____ O **Senhor Vereador Nuno Silva**, relativamente à questão da separação de resíduos, informou que o tema foi abordado na Assembleia Geral da RSTJ, tendo o próprio suscitado a questão junto dos restantes membros. Referiu que, pelas intervenções efetuadas, se concluiu tratar-se de um problema comum a vários municípios. _____

_____ Indicou que a RSTJ prevê, no seu plano de investimentos, a realização de campanhas de sensibilização para a separação seletiva de resíduos, tendo proposto que essas campanhas sejam desenvolvidas, pelo menos, em formato bilingue (português e inglês), atendendo à crescente presença de comunidades migrantes. _____

_____ No caso específico de Alcanena, informou que está a ser preparada uma campanha de sensibilização com recurso à “família do Raposinho”, já digitalizada e com designações atribuídas pelas crianças, visando promover a educação ambiental de forma pedagógica e acessível. Referiu que, numa primeira fase, a campanha será implementada em formato escrito, estando, contudo, a ser estudada a possibilidade de utilização de animação com recurso a inteligência artificial, incluindo componente áudio, permitindo igualmente a sua disponibilização em formato bilingue. _____

_____ Observou que, nas últimas décadas, se verificou uma diminuição do investimento em ações de sensibilização ambiental nesta área, o que contribuiu para a perda de hábitos de separação de resíduos. Acrescentou que as comunidades provenientes de outros países apresentam, por vezes, práticas distintas, incluindo a queima ou enterramento de resíduos, o que reforça a necessidade de intervenção pedagógica. _____



_____ Defendeu que a estratégia deve privilegiar o tratamento na origem, evitando o encaminhamento excessivo de resíduos para aterro. Informou que está previsto um investimento significativo na criação de uma unidade de tratamento de biorresíduos, apostando-se igualmente na compostagem doméstica e comunitária como forma de reduzir os volumes de resíduos. _____

_____ Acrescentou que se encontra em curso a aprovação de um estudo económico-financeiro por parte da RSTJ, atualmente em análise pela ERSAR, encontrando-se ainda numa fase exploratória. Posteriormente, o documento será submetido à aprovação da associação e, em seguida, às câmaras municipais e assembleias municipais dos dez municípios envolvidos, tratando-se de um processo com horizonte temporal de 15 a 20 anos, cuja implementação dependerá da aprovação por todos os municípios participantes. _____

_____ A **Senhora Aldina Marques** iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes, tendo, de seguida, exposto a sua opinião relativamente à situação da deposição de resíduos na sua rua. _____

_____ Referiu que, recentemente, passou a residir na sua rua um novo vizinho, cuja atuação tem vindo, na sua perspetiva, a causar incómodos aos restantes moradores. Indicou que, com a instalação de uma empresa de fitness na zona, passou a existir um contentor que considera estar afeto a essa entidade, sendo utilizado de forma exclusiva, o que tem originado constrangimentos. _____

_____ Considerou que a Câmara Municipal deverá intervir no sentido de encontrar uma solução adequada, designadamente através da colocação de um contentor próprio para aquela atividade, entendendo ser essa a solução mais apropriada. _____

_____ Acrescentou que a situação tem vindo a agravar-se, referindo a acumulação de diversos resíduos, nomeadamente esferovite, rolos e madeiras, depositados junto à sua habitação, bem como dificuldades acrescidas de estacionamento na zona. _____

_____ Relatou ainda que, aquando de episódios de precipitação intensa, a água arrastou resíduos e vegetação acumulados, agravando as condições de salubridade. Referiu também que foram recentemente cortadas canas-da-Índia nas imediações da fábrica do Mota, facto que considerou positivo, mas salientou que a ribeira, desde a entrada de Vila Moreira até à zona da cabine elétrica, se encontra em mau estado de limpeza. _____



_____ Concluiu afirmando que, enquanto munícipe, acompanha os trabalhos da Câmara Municipal, nomeadamente através da leitura das atas, manifestando interesse em colaborar e contribuir para a melhoria das condições na sua área de residência. ____

_____ O **Senhor Alexandre Pires** referiu que saía da reunião com uma mágoa muito grande e com profunda tristeza, sublinhando que, ao longo da sua intervenção política, nunca misturou situações. Manifestou que foi com tristeza e indignação que ouviu o ponto que foi apresentado para conhecimento, relativo à atribuição de uma consultadoria a uma ex-vereadora, considerando que tal decisão não lhe parece eticamente séria e que, na sua opinião, é reprovável. _____

_____ Afirmou, com toda a frontalidade, que considera reprovável o que foi dado a conhecimento, acrescentando que, na sua vida política, lutou muito para que a Câmara Municipal fosse eticamente irrepreensível, tendo sofrido pessoalmente por manter essa posição. Referiu que, perante o que foi apresentado, não pode deixar de manifestar a sua indignação. _____

_____ Acrescentou que, para já, se trata de uma matéria apresentada para conhecimento, mas que poderá vir a assumir maior relevância no futuro. Dirigindo-se diretamente ao Senhor Presidente da Câmara, afirmou que aquilo que foi feito é, do seu ponto de vista, eticamente reprovável, referindo que poderão existir enquadramentos legais para a decisão, mas que, ainda assim, a questão ética se sobrepõe. Concluiu citando a expressão “à mulher de César não basta sê-lo, é preciso parecê-lo também”. _____

_____ Na sequência, o **Senhor Presidente da Câmara** manifestou intenção de responder à intervenção, tendo o **Senhor Alexandre Pires** esclarecido que não havia colocado qualquer questão, mas apenas feito uma observação. O **Senhor Presidente da Câmara** reiterou que tinha direito de resposta, ao que o **Senhor Alexandre Pires** respondeu que não lhe havia dirigido qualquer pergunta, mas que, ainda assim, o Senhor Presidente poderia usar da palavra se assim o entendesse. _____

_____ O **Senhor Presidente da Câmara** referiu que, enquanto exercer funções, a Câmara Municipal de Alcanena continuará a procurar, sempre que necessário, recorrer ao mercado para identificar quem, com competências específicas, possa apoiar o município em projetos concretos. Indicou que essa prática não é nova e que já foi adotada em diversos projetos, designadamente no “Ouro Líquido” e “Aire e Candeeiros Culinary Center”, os quais referiu terem tido resultados positivos. _____

_____ Explicou que esta abordagem não consiste em contratar indiscriminadamente pessoas ou em aumentar os recursos humanos da Câmara, nem em integrar “amigos”, mas sim em ir ao mercado perceber quem, para trabalhos



específicos, pode efetivamente ajudar o município, sobretudo em áreas onde não existem recursos humanos internos suficientes ou com a especialização necessária. _

_____ Acrescentou que, em muitos destes casos, os custos associados são suportados por candidaturas a fundos europeus, permitindo ao município desenvolver projetos com impacto relevante, nomeadamente na captação de investimento, referindo a possibilidade de alcançar montantes significativos, na ordem dos milhões de euros, através de abordagens inovadoras. _____

_____ Referiu que, no mandato anterior, foram seguidas práticas semelhantes, dando como exemplo o trabalho desenvolvido por Luís Melo no âmbito do projeto “Ouro Líquido” e pelo Chefe Rodrigo Castelo no “Aire e Candeeiros Culinary Center”, sublinhando que estes projetos tiveram evolução positiva, incluindo a adesão de várias entidades e criação de marcas. _____

_____ Sublinhou que, existindo no concelho pessoas com competência demonstrada, não se trata de favorecer ninguém, até porque, na sua perspetiva, são pessoas que não necessitam de favores e que construíram o seu percurso com base no mérito. Considerou que o critério deve ser sempre a competência e a capacidade de execução. _____

_____ Acrescentou que, enquanto se mantiver em funções, continuará a defender a contratação de serviços específicos com base na competência técnica, independentemente de eventuais simpatias partidárias, defendendo que as pessoas não devem ser beneficiadas pela sua história, mas também não devem ser prejudicadas por ela. _____

_____ Indicou ainda, a título de exemplo, que, no âmbito da ADSAICA, foi envolvido Óscar Pires, antigo adjunto da sua antecessora, por reconhecer nele competência e experiência relevantes, referindo que tem desenvolvido um trabalho que considera muito positivo, nomeadamente na preparação de candidaturas, incluindo uma no valor de três milhões de euros. _____

_____ Reiterou que a lógica seguida é a de procurar no mercado pessoas com competência demonstrada para trabalhos específicos, não se tratando de atribuição de favores, mas de uma opção de gestão orientada para resultados. _____

_____ Concluiu referindo que, no mandato anterior, em que o Senhor Alexandre Pires exercia funções de Vice-Presidente, foram adotadas soluções semelhantes, não se recordando de ter existido da sua parte contestação a essas decisões. _____

_____ O **Senhor Alexandre Pires** respondeu que as situações referidas pelo Senhor Presidente da Câmara não têm qualquer relação com a situação em apreço. _

_____ **Aprovação da Ata em Minuta** _____



_____ Às dezassete horas e quarenta e quatro minutos foi encerrada a reunião, tendo sido deliberado, por unanimidade, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, aprovar esta Ata em Minuta, para efeitos de execução imediata, na parte deliberatória, a qual foi assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Ana Carina Grilo Salgueiro, Técnica Superior, tendo sido dada ordem de execução imediata, pelo Senhor Presidente da Câmara, das deliberações tomadas, ao abrigo do disposto na alínea b), do número um, do artigo trigésimo quinto do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro. _____

_____ Lavrada a presente Ata, nos termos do número um, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, a mesma vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, Ana Carina Grilo Salgueiro, que também elaborei, mandei lavrar e subscrevi.

O Presidente da Câmara

A Secretária da Reunião de Câmara

(Rui Fernando Anastácio Henriques)

(Ana Carina Grilo Salgueiro)